



SENADO FEDERAL
COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CORREIOS

27ª REUNIÃO DA SUB-RELATORIA DE CONTRATOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº3/2005 DO CONGRESSO NACIONAL COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS DOS CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS 12 HORAS E 46 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Declaro aberta a 27ª reunião da Sub-relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº.03 de 2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sobre a Mesa a ata da reunião anterior que coloca em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. A pauta desta reunião destina-se as oitivas do senhor Waldemir Freire Cardoso e Mauro Castro Lucas de Souza. Convido para tomar assento à Mesa o senhor Waldemir Freire Cardoso para seus esclarecimentos. Cumprimentando o senhor Waldemir Freire Cardoso que já é nosso conhecido lá do Pará, onde exerceu as funções de Diretor Regional dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e quero esclarecer que Vossa Senhoria comparece a esta Comissão na condição de testemunha. Assinou o termo de compromisso e como tal deve falar a verdade sob as penas da lei. Podendo, inclusive, calar-se. Não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do artigo 5º do inciso 63 da Constituição Federal. Desejando a Vossa Senhoria que preste os esclarecimentos fundamentais e importantes para os trabalhos dessa CPMI e eu solicito que inicialmente faça a sua qualificação e preste os esclarecimentos iniciais que julgar necessários. E indago se Vossa Senhoria está acompanhado de advogado?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Estou sozinho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Muito bem. Então, com a palavra Vossa Senhoria para qualificação e os esclarecimentos que julgar necessário fazer inicialmente.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Obrigado, Deputado. Senhor Deputado José Eduardo Cardozo, senhor Deputado Asdrúbal Bentes, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que embora eu tenha embora um certo nervosismo diante da situação, mas grande satisfação de ter sido convocado para oferecer informações e dados a cerca do que estiver ao meu alcance para contribuir com o trabalho da CPMI que considero da mais alta importância. Não tenho advogado porque achei desnecessário para prestar esclarecimentos lógicos e naturais que fazem parte do dia-a-dia do meu trabalho, da minha vida, não haveria necessidade porque não há nenhuma preocupação da minha parte em relação aos atos que tomei durante toda a minha vida profissional, que eu gostaria de oferecer a V. Exas. dados sobre o meu currículo. Em primeiro lugar eu queria dizer que sou casado, tenho três filhos, Renata Valéria, Rodrigo e Robson e minha esposa Rosemeire. Comecei a trabalhar nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, aos quinze anos de idade, meu primeiro trabalho nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS foi como mensageiro e depois eu tive a oportunidade de passar por várias atividades dentro da ECT, lá no estado do Pará chegando a fazer o curso de administração postal a partir de um concurso nacional realizada pela empresa dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ainda nos idos de 1977, feito esse curso no Rio de Janeiro, na PUC, onde logrei o 26º lugar de uma turma de cento e vinte concorrentes, alunos. Do Rio de Janeiro fui para Recife, após o curso de administrador postal por minha escolha das diversas



opções que havia, onde trabalhei na gerência de inspetoria regional, após um ano aproximadamente eu trabalhei em Recife, solicitei o meu retorno para o Estado do Pará que é minha região de origem, meu Estado de origem, onde iniciei já uma carreira de nível superior exercendo diversas funções desde a função de gerente de operações, de transportes. Enfim, diversas funções que estão no currículo que eu gostaria de oferecer a V. Exas. Após um longo tempo de trabalho, um período de quatro, cinco anos fui transferido por solicitação minha para a diretoria da Paraíba onde exerci também diversas funções que estão expostas aí no meu currículo, de lá fui convidado para exercer a função de gerente de operações da DR de Pernambuco, da Diretoria Regional de Pernambuco, onde fiquei até 1991, no início do ano de 1991, quando então fui convidado para assumir a Diretoria Regional do Estado do Pará e Amapá, logicamente aceitei, porque era o retorno para minha região, para meu Estado, onde eu poderia oferecer as soluções, as propostas e as idéias que eu sempre tive em relação aos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS daquela região tão difícil, tão complexa e tão rica e que tem muita necessidade dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Então, esse é um resumo deste trabalho até chegar a Diretoria Regional que foi o meu primeiro cargo de direção na ECT. Durante a minha gestão lá no Pará e Amapá de 1991 até 2001, início de 2001, eu tive a oportunidade de desenvolver diversos projetos importantes para o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, do Pará e Amapá, mas também para o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. E eu teria oportunidade durante a minha apresentação de oferecer dados e informações e documentos a V. Exas. Em 2001, no início do ano de 2001, eu tive a oportunidade de assumir a Diretoria Geral do Rio de Janeiro. A ECT, então, estava buscando substituir a todos os diretores regionais que tinham algum tempo já na função e eu como já tinha dez anos naquela função, fui convidado a exercer esse papel e aceitei, aceitei o desafio em função de ter tirado a Diretoria Regional do Pará e Amapá do último lugar, em resultados a diretoria do Pará tinha péssimos resultados de qualidade, péssimos resultados econômicos e após dez anos de trabalho naquela Diretoria Regional, logicamente com a participação de profissionais de diversos locais dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e também especialmente com a equipe regional, eu tive a oportunidade de colocar a nossa diretoria e de trazer a nossa diretoria ao estágio de terceiro e melhor resultado do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Então, este foi um resultado, é um trabalho que me orgulha muito e logicamente em função de não poder mais continuar naquela função, aceitei, então, o desafio de em 2001 assumir a Diretoria Regional do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro passei apenas seis meses. A Presidência da ECT naquela época me parece que não gostou muito do trabalho que a gente iniciou a fazer no Rio de Janeiro para onde fui por determinação da própria diretoria, da própria Presidência, resolver problemas graves que lá se encontrava. E após seis meses de trabalho, eu comecei em março, e quando chegou em outubro, agosto, eu acabei por não ter a menor condição de continuar trabalhando por falta de apoio, falta de suporte e então, solicitei a minha saída da função de Diretor Regional do Rio de Janeiro pedindo o meu retorno para o meu Estado, para o Estado do Pará e acredito que ao longo da oitiva eu poderia oferecer mais detalhes sobre todas essas questões. Eu gostaria também de destacar inicialmente que esse meu trabalho, em primeiro lugar minha família e depois a minha profissão, a minha carreira profissional. São aquilo que compõe o meu patrimônio, o meu patrimônio que me orgulha, aquilo que efetivamente me interessa são a minha família, a minha carreira profissional e a respeitabilidade que eu consegui angariar ao longo desse tempo. Isto certamente pode ser avaliado a partir de todo um conjunto de relações que se tem no meu Estado onde a gente realizou esse trabalho que já foi mencionado. Portanto, eu tenho muito interesse e agradeço novamente a CPI por me ter convidado, esclarecer coisas que foram ditas em relação a minha pessoa porque de fato lutei até o final para que se restabeleça a respeitabilidade ao meu nome, a minha carreira, a minha família, a minha pessoa, isso é algo que me interessa profundamente. Nada mais me interessaria. Apenas isso. Acho que essas são as primeiras informações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradecendo a Vossa Senhoria pelos esclarecimentos iniciais. Concedo a palavra ao Relator José Eduardo Cardozo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Meus cumprimentos ao nobre depoente. E agradecendo a sua presença nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Começo primeiro pela sua evolução funcional. O senhor nos entregou um currículo que mostra com clareza a sua evolução aqui nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O senhor foi admitido em 1970 como mensageiro. É isso, não?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor trabalhou como mensageiro de 1970 a 1973. Aqui, depois o próximo dado que tem é que o senhor foi chefe da agência Senador Lemos em 1976. Entre 1973 e março de 1976 que função o senhor exerceu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Após ter exercido aquele trabalho inicial, ainda menor, eu com quinze anos de idade, eu destaco que tenho trinta e seis anos de trabalho, todos eles na EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, tendo exercido desde a função inicial, o primeiro degrau que foi mensageiro, passado por motorista, fiz um curso de supervisão postal em Recife, no qual logrei o primeiro lugar. E após ascender ao nível de supervisor postal, assumi algumas agências postais na área Metropolitana de Belém. Entre elas, essa agência, Senador Lemos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Posteriormente. O senhor teve alguma indicação política para esse cargo na agência Senador Lemos?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, quem foi que o escolheu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Acho que o Diretor Regional. Eu fui convidado pelo Diretor Regional--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era o Diretor Regional, o senhor lembra?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Deputado, salvo engano o Roberto Paulo Machado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, depois o senhor registra aqui que foi chefe de sessão da organização postal da assessoria do planejamento. Entre 1976 e 1980 que função o senhor exerceu? Porque o senhor terminou a chefia da agência Senador Lemos em 1976. E foi designado chefe da sessão em 1980. Quais foram às funções o que senhor exerceu nesse período?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pois não, é que falha. O currículo não detalhou todas essas informações. Mas na verdade, após ter ascendido à função de supervisor postal eu exerci em primeiro a função de gerente de agências, agências pequenas que era o meu início na atividade postal, propriamente dito, depois exerci a função de chefe do centro operacional, centro de triagem na época em Belém do Pará. E por volta de 1976 quando passei no curso de administrador postal fui para o Rio de Janeiro cursar Administração Postal na Pontifícia Universidade Católica.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor em 1976 foi ao Rio de Janeiro?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Rio de Janeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor trabalhou no Rio de Janeiro nesses período?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Não trabalhava. Nós estávamos em regime integral fazendo curso à Universidade Católica do Rio de Janeiro. Isso é um curso. É uma universidade que o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, mantém e hoje já tem a universidade própria--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor recebia os salários dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, como funcionário.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Recebia o salário dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS como funcionário.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi de 1976 a 1980. Aí o senhor voltou para o Pará?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Antes, quando eu saí do Rio de Janeiro, da PUC, fui trabalhar em Recife.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É, aqui não constou. Em Recife. Qual o cargo ?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Administrador postal. Estava na Inspetoria Regional.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois o senhor foi nomeado chefe da sessão de organização postal da assessoria de planejamento. Quem foi que o indicou para esse cargo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Efetivamente, certamente o Diretor Regional, precisava. E deve ter me escolhido. Eu não tenho informações--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era à época?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Diretor Regional na época era o senhor Farias(F).

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Farias(F)? Depois, o senhor foi gerente de operações da DR de Pará. Quem o nomeou para esse cargo? Ou quem o indicou para esse cargo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Após a gestão do senhor Farias(F) que era natural daqui de Minas Gerais, assumiu a Diretoria Regional o Dr. Wilson Correia, que foi de Mato Grosso do Sul para lá.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que foi quem o nomeou. O indicou.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: E aí, ao chegar lá procurou identificar pessoas que tivessem qualificação, enfim. E eu fui escolhido para ser o gerente de operações pelas experiências que já tinha na área operacional.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois, em abril de 1935 até 1987 você foi gerente de serviços gerais da DR de Pará. Como é que você foi parar nessa gerência?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A gerência de serviços gerais é uma das gerências, assim, mais importante dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Na época, chamava-se gerência de serviços gerais e hoje é gerência de administração. E é uma gerência que embora fosse o trabalho administrativo pressupunha uma experiência importante da área operacional. Então, o Diretor Regional precisando de alguém na área de serviços gerais me convidou e eu aceitei ir para o papel.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Posteriormente o senhor vai para a Paraíba. Como é que o senhor vai para a Paraíba?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Após a gestão do Dr. Wilson Correia, se estabeleceu uma nova gestão, a senhora Walgricia(F) Carneiro assumiu a Diretoria Regional. E eu não tinha boas relações e houve um conflito, um mau entendimento entre mim e essa senhora. E eu então preferi escolher um outro local para trabalhar. Solicitei a Administração Central a minha transferência para Paraíba que eu achava um Estado interessante pra--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhecia alguém na Paraíba, na época?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Conhecia. O Diretor regional lá era uma pessoa conhecida de um outro colega nosso--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem era?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Era Francisco Lucena.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Aí, o senhor trabalhou lá pouco tempo. Não. É porque o senhor mudou de cargo. O senhor foi gerente de transportes e depois foi gerente de operações de 1989 até 1990. Depois o senhor vai gerente comercial. Tudo na Paraíba. Por que o senhor mudou tanto de gerências assim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Deputado, as gerências, elas são objeto da designação, da escolha, da definição do Diretor Regional. Então, o Diretor Regional a cada momento em que precisa de um novo titular, de um novo profissional numa função dessas, ele escolhe dentro do time do grupo de pessoas que tem na sua diretoria alguém que tenha qualificação, tenha condições de exercer o papel. E o diretor achando que eu tinha essas condições me pediu que fosse exercer esses papéis.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sai da Paraíba em 1990, vai para Pernambuco. Por quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Assumir a diretoria de Pernambuco, uma das mais importantes dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e na época com muitos conflitos sindicais, assumiu lá uma pessoa chamada Raimundo Castro que é um colega também da Pontifícia Universidade Católica do curso de Administração Postal e que sabendo que eu estava ali ao lado, estava próximo e achando, inclusive, que a Paraíba era uma diretoria que tinha menos importância que Pernambuco, ele convidou para exercer o papel de gerente de operações. E a minha experiência me qualificava para isso. Eu aceitei ajudá-lo e a estender também a um nível melhor na minha função, na minha carreira.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O senhor ficou lá de 1990 a 1991. E depois o senhor migrou para o Pará, para o Pará novamente? Voltou para o Pará?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Retornei para casa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Em primeiro que sempre--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas aí, já como Diretor Regional?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pois não. Em primeiro, Deputado o desejo da gente é sempre voltar para casa. Alguns não querem voltar para casa, mas a maioria deseja. Eu sempre desejei estar de volta ao meu Estado, junto da minha família. Como eu já disse aqui o principal patrimônio que eu tenho. E a Diretoria Regional ainda sob a direção da senhora Walgricia (F) que eu me referi ainda há pouco, enfrentava resultados muito ruins. Havia um clamor popular no Estado do Pará por conta do mau desempenho da Diretoria Regional do Pará e Amapá. O próprio Amapá também tinha muitas relações. Então, a Direção Nacional dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS achou por bem, modificar a diretoria, houve uma movimentação de companheiros, de colegas, de pessoas que me conheciam e me convidaram, perguntaram se eu topava assumir a Diretoria Regional, que eles já tinham lá uma movimentação junto à Administração Central dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS para esse papel. Eu disse que topava. Topei. E fui ser o Diretor Regional. Fui designado pela Presidência da ECT para assumir essa função.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não teve alguma indicação política para esse cargo?

02/2005 - CN -	
CPMT - CORREIOS	
05	
Fls. Nº	5
3556	
Doc:	

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Senador Jarbas Passarinho foi o interlocutor dessa ação, porque é uma pessoa--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tinha contato como Senador Jarbas Passarinho?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Já tinha contato. Já o conhecia e ele me conhecia também. E ele então, procurado por essas pessoas que queriam a mudança na Diretoria Regional e que tinham relação com ele propuseram o meu nome, apresentaram o meu currículo, o Senador achou interessante e procurou fazer gestões junto ao Ministério das Comunicações que aquiesceu ao plano de trabalho que desejava implementar lá no Pará.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. Praticamente na mesma época o senhor foi membro do Conselho de Administração da Telecomunicações TELEPARÁ, que imagino é um cargo cobiçado porque esses Conselhos de Administração, eles remuneram bem os seus membros. Não era o caso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Nesse caso infelizmente não era remunerado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não recebia?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não recebia.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Curioso. Mas quem sugeriu? Porque o senhor saiu para outra função. O senhor chega lá no Pará como Diretor Regional e vai para o Conselho de Administração da TELEPARÁ. Como é que o senhor vai parar lá?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Bom, na verdade essas funções eram exercidas concomitantemente. O Conselho, o senhor sabe que os conselhos se reúnem, periodicamente, uma vez por mês, algumas reuniões extraordinárias às vezes acontecem. Mas de fato naquela época, tinha havido uma mudança na estrutura do Ministério das Comunicações e ele tinha passado a ser Secretaria de Comunicações. Assumiu essa secretaria um, ex-Presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, chamado Rauber (F). Esse cidadão achou por bem sugerir, determinar, definir, não sei como é que foi definido isso, provavelmente uma regulamentação do Ministério, para que todas as companhias telefônicas de todo o país tivessem nos seus conselhos também um membro de preferência o Diretor Regional, para que pudesse haver uma integração entre as atividades dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, e das telefônicas. O que eu achei um projeto super interessante, porque podia permitir a racionalização de recursos e de tarefas. E não só eu como todos os Diretores Regionais do país passaram a compor o Conselho de Administração das Telefônicas. No meu caso, eu era da TELEPARÁ e da TELEAMAPÁ que eram duas companhias diferentes.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor também assume como membro do Conselho de Administração da TELEAMAPÁ?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: TELEAMAPÁ. Definição do Ministério das Comunicações.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom. Depois, em 2001 o senhor vai Pará no Rio de Janeiro. Como é que o senhor se desloca do Pará para o Rio de Janeiro? Por quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, ele tem uma história muito parecida com outras instituições. Eu acho que a história do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, ela se identifica muito, por exemplo, com o que acontece nas Forças Armadas. Os seus dirigentes que são de carreira costumam, ser modificados de posição. Já há algum tempo isso não acontecia. Na gestão que se estabeleceu nesse

período, não lembro exatamente quando começou essa gestão, mas era a gestão do senhor Hassan Gebrim, ele achou por bem examinar qual era o tempo de permanência dos dirigentes da Diretoria Regional, não sei exatamente porque razão, mas resolveu mudar todos. E eu também fui um dos que foi modificado--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque Rio de Janeiro? Houve alguma indicação política?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Houve.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De quem?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O senhor Gebrim achou que as Diretorias Regionais que tinham bom desempenho e a diretoria do Pará como eu já mencionei aqui estava em terceiro lugar em termos de resultados comerciais e financeiros, deveriam ter os seus dirigentes levados para funções mais importantes. Esse foi o discurso que nós conhecemos dentro dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, e foi esse discurso que me foi apresentado. Bom, e eu me coloquei à disposição, mas gostaria de examinar qual seria o local. Eu, em princípio não desejava sair do Estado Pará. Preferia ter ficado lá, mesmo que não fosse como Diretor Regional. Mas eu não posso desconhecer que é sempre interessante, estimulante você exercer novos cargos, novas funções, se o senhor me perguntar eu diria que gostaria de ser Presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS então—

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui era um cargo de igual hierarquia que o senhor ocupava no Pará?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Desculpe.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era um cargo de igual hierarquia. O senhor era Diretor Regional do Pará e foi Diretor Regional do Rio de Janeiro?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pois é. Mas a informação que se teve é que todos os diretores seriam modificados. E eu recebi o convite para ir lá. Essa informação constava que o senhor sabe, é sabido que em todos os Estados as direções, elas têm que ter uma compatibilização com a estrutura política local. Até porque muitos políticos são muito demandados, são muito procurados pelas mazelas, pelas dificuldades, pelos defeitos, pelos problemas que as instituições públicas tem nas suas regiões. E acho que os parlamentares exercem um papel importante nesse aspecto. Quando fazem escolhas adequadas e ajudam a produzir resultados satisfatórios. Então, foi consultado se eu desejava primeiro ir para São Paulo. Fruto do resultado que eu tive. Tive conhecimento também que o Diretor Regional de Rondônia, é o Junqueira, Márcio Junqueira, que era meu parceiro ali, a gente na Amazônia, estávamos fazendo trabalhos que se destacavam que ele teria sido convidado para São Paulo também. Bom, o convite que me foi feito foi para ser vice-Diretor Regional de São Paulo. E eu ofereci a resposta que V.Exa., inclusive, levantou. Eu sou Diretor Regional, fui Diretor Regional. O que eu iria fazer em São Paulo para ser vice-Diretor? Aliás, uma função de menor importância, no caso, do que aquela que eu exercia. No entanto, é preciso entender que ser Diretor Regional em Rondônia ou no Pará não tem a mesma importância de fato, não te oferece, não oferece a pessoa às mesmas possibilidades do desenvolvimento de projetos, de ações, de propostas para o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, que você tem numa localidade como o Pará ou como Rondônia. Na verdade em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, você tem possibilidade de colocar em prática muita das propostas. E eu no Estado do Pará consegui resultados exatamente por criar soluções que foram utilizadas nacionalmente. Só para você ter idéia, no Pará nós implantamos o sistema, o serviço que hoje é utilizado por todas as Diretorias Regionais, aquele que faz a participação com as eleições. Aquele projeto foi iniciado no Estado do Pará. O CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido, que ainda hoje está aí, para cima e para baixo nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, na verdade, no Pará funciona o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido, nós prestamos serviços de CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido para todo o Brasil e para vários lugares. A entrega de merenda escolar, a articulação dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS com o DETRAN que permite que os documentos dos veículos possam ser recebidos em casa. E as carteiras de habilitação também possam ser recebidas em casa. Então, são projetos que eu tinha a visão de que poderia estando num outro centro desenvolvê-los. Recebi esse convite e também--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas de quem foi à indicação política para você ir para o Rio de Janeiro?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu quero chegar lá, mas eu gostaria de oferecer, se o senhor me permite, alguns detalhes que são importantes. O que acontece? Então, ficou aquela questão de São Paulo. São Paulo, realmente não está me interessando. Bom, pode ser para Brasília. Bom. Brasília eu acho que seria uma função, que eu acho que seria mais interessante profissionalmente para mim. Eu penso também na minha carreira. Eu penso em a estender a funções importantes dentro dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Passou algum tempo e aí me disseram: O lugar é o Rio de Janeiro. Bom, no Rio de Janeiro eu sinceramente não tenho muito interesse em ir para o Rio de Janeiro porque a situação do Rio de Janeiro até a situação social de segurança, etc, é preocupante. Minha família, por exemplo, não topava ir para o Rio. Acontece que eu fui. No final das contas foi dito: Ou você vai para o Rio ou vai ficar sem função, o próprio Presidente me colocou essas condições.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hassan Gebrim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Hassam Gebrim. E aí então, eu tive contato com o Deputado Roberto Jefferson.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tive contato com ele, porque eu já o conhecia. Eu já o conhecia.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor o conheceu quando?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Conheci o Roberto Jefferson lá do Estado do Pará, ele esteve lá do Círio de Nazaré e eu sempre tive boas relações com o pessoal do PTB. Nós tínhamos lá o Deputado Carlos Cayatte(F), nós tínhamos lá o filho do nosso vice-Governador Hidelgardo Nunes, que era do PTB, nós tínhamos o pai do nosso Deputado Cayatte(F), o senhor Henri Cayatte(F). Então, essas pessoas, através dessas pessoas eu conheci Roberto Jefferson lá no Estado do Pará. E ele conheceu então, o meu trabalho. Ele teve oportunidade de conhecer o meu trabalho. Quando que se cogitou a possibilidade da minha ida para o Estado do Pará. Eu soube também--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estado do Rio de Janeiro?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi o Estado do Rio, me desculpe. Eu soube também que deveria se ter uma compatibilização dessa indicação pelo viés técnico com o viés político. Eu digo: Bom, eu não pretendo permanecer no Rio de Janeiro por muito tempo. Eu vou lá porque eu estou sendo de alguma forma compelido, cobrado. Estão me dizendo que eu sou bom e posso ir lá para Rio de Janeiro para resolver coisas que tem lá. Bom, vou fazer uma experiência. Estive com o Roberto Jefferson e ele disse: "Não. Eu aceito o seu nome. Eu já conheço, conheci o teu trabalho lá, tenho referências positivas a respeito do teu trabalho então, eu acho que é interessante". Quer dizer, não é que aceito, talvez a palavra mais correta não seja essa. Mas ele disse: "Ok". As demandas que eu tenho. Roberto Jefferson é uma pessoa, é um Deputado do Estado do Rio de Janeiro que tem relações com todas as pessoas e no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS inclusive, em Petrópolis, etc, tem muitas pessoas que são relacionadas com ele. Olha, o pessoal me dá conta de que há uma perseguição, há um estado de coisas muito ruim. Eu gostaria que você colaborasse lá. Essa foi no final das

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ai então, ele acabou indicando o senhor de certa maneira?

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 08
8
Doc: 3556

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Acredito que ele tenha oferecido ao Hassam Gebrim a sua concordância com a minha ida para lá para o Rio de Janeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor fica até fica pouco tempo no Rio de Janeiro não é isso? Março de 2001 a julho do 2001. Por que tão pouco tempo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Em primeiro lugar, o senhor Hassan Gebrim dizia nacionalmente que essas mudanças tinham aquele caráter de procurar apanhar as pessoas que tinham melhor desempenho e levar para os lugares onde o desempenho não era bom e que tinham mais importância. Isso aí foi um projeto que animou a todos. Logicamente que você tem a expectativa de poder desenvolver propostas, projetos. Ao chegar lá aí eu não sei se havia alguma divergência política, nos bastidores, porque eu não sei exatamente o que acontecia, não foi exatamente o que começou a ocorrer. Eu queria poder lhe oferecer aqui em primeiro lugar o relatório do desempenho, do meu desempenho lá no Estado do Pará a que eu me referi. Aqui o senhor vai poder constatar que o Estado do Pará tinha um resultado sofrível, 50% de RD e eu quando saí de lá deixei ele em nível em torno de 20% de lucro por mês. Aqui são algumas jornadas nossas, por toda a região da Transamazônica, Sul do Pará e algumas informações aqui sobre o nosso trabalho. Ao ser designado diretor do Rio de Janeiro, ao chegar aqui em Brasília com o senhor Gebrim, ele acessou seu computador pessoalmente e me ofereceu este relatório que eu quero passar as mãos de V.Exa. Diz aqui: "Informe confidencial. Assunto: Indícios de deterioração do clima interno na Diretoria Regional do Rio de Janeiro".

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele o senhor Hassan Gebrim sob a presença dele, ele pegou o computador dele pessoal, imprimiu e passou para o senhor.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Me entregou esse documento aqui. Dizendo o seguinte: "É isso aqui que você vai encontrar lá, você vai ter muito trabalho e vai, te vira". Mas eu gostaria de fazer algumas considerações rapidinho. Esse relatório aqui demonstra o seguinte. A deterioração do clima e dos resultados da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, falava de principais grupos de influência. Dizia que sob a influência do Diretor Regional que na época meu colega Roberto Dias Fragas, existia um grupo de pessoas e que sob a influência do Diretor Regional adjunto Nelson Andrade, meu colega também e grande profissional, havia um outro conjunto de pessoas e que havia um grupo de independentes sob a influência de assessores, um caso aqui, o senhor Roldão e do senhor Fros(F), ex-diretores comerciais dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. E concluía dizendo o seguinte: Esses sintomas de desagregação administrativa e deterioração das atividades são considerados preocupantes, já que a Diretoria Regional do Rio de Janeiro é a segunda dependência regional mais importante da ECT no país, abrigando hoje cerca de doze mil colaboradores. Embora as causas do problema sejam variadas e complexas, a crise atual...Excelência, eu gostaria de destacar esse item aqui. Embora as causas do problema sejam variadas e complexas a crise atual no nosso entender está sendo precipitada por dois fatores vitais. A perda da autoridade e o isolamento crescente do Diretor Regional. Se autoridade central e a capacidade de comando do gestor principal estivessem preservadas, cremos que o grupo de influência não prosperaria e nem haveria esse clima de crescente apatia e marasmo. A maioria desses profissionais já trabalha na Diretoria Regional do Rio de Janeiro há vários anos. Não há registros e nem períodos anteriores da presença visível de segmentos diferenciados, o que implica fatalmente em prejuízos para harmonia do clima interno. A situação como um todo carece de uma verificação profunda e abrangente. No entanto, somos de parecer que o primeiro aspecto para ser enfrentado com prioridade para os demais é o restabelecimento da autoridade do Diretor Regional. Eu faço questão de destacar isso aqui Excelência, porque isso aqui está assinado pelo senhor José Carlos Pereira Vinhedo, que é o chefe do Departamento de Inspeção dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e foi-me entregue pelo senhor Hassam Gebrim, Presidente da ECT na época. Isso aqui em 09 de outubro de 2000. E eu estou destacando isto aqui, por quê? Essas necessidades todas que foram destacadas não se verificaram, não se

reverteram em apoio, em suporte que a Diretoria Regional precisaria a partir da minha gestão.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui fala que o Diretor Regional do Rio de Janeiro, o senhor Roberto Dias Fraga, nos últimos meses já vinha sendo alvo de várias denúncias de subordinados. Que tipo de denúncias? O senhor sabe quais eram?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não tomei conhecimento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tomou conhecimento.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Se me permite Excelência--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi lhe passado antes do senhor assumir?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Antes de assumir. Eu queria fazer registro como foi mencionado o nome do meu colega e ex-diretor Roberto Dias Fraga, eu só queria dizer o seguinte, eu não estou emitindo juízo de valor a respeito do senhor Fraga. Isso foi o que eu recebi. Eu quero dizer que o considero, o tenho como grande profissional e pude constatar resultados muito positivos na Diretoria Regional do Rio de Janeiro. Outros tantos não tanto, não tão bons, talvez, porque ele também não recebeu o apoio que precisaria receber. Então, ao assumir a Diretoria Regional do Rio de Janeiro--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não tentou se informar que denúncias eram essas? Porque afinal de contas teriam que ser apuradas se fossem denúncias de corrupção.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Começamos logicamente e isso o senhor vai poder ao longo da minha exposição, eu vou poder lhe oferecer detalhes sobre isso. O senhor vai ver que nós precisamos inclusive, fazer substituições na área jurídica nós precisamos substituir pessoas na área de inspetoria enfim, precisamos fazer muitas coisas o que tempo não permitiu, porque o senhor Hassan não me deixou trabalhar.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Então, eu em primeiro lugar disse ao Presidente uma condição que eu coloquei ao Presidente, foi o seguinte. Presidente, o senhor está me dizendo que eu vou enfrentar uma Diretoria Regional que está em estado de caos. O que eu acho preocupante, porque é a segunda principal diretoria dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS do Brasil, 25% do movimento financeiro e operacional do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, passa pelo Rio de Janeiro, está certo. Então, eu quero lhe dizer o seguinte. Eu tenho certeza que o Rio de Janeiro tem grandes profissionais, eu conheço vários profissionais, esses aqui citados, inclusive, são bons profissionais, o senhor Fraga e senhor Nelson. Mas efetivamente a gente precisa, estabelecer um time imediato para que a gente possa tomar o pé das coisas como V.Exa.inclusive, está me questionando, se eu teria feito. Então eu disse a ele. A ECT já há algum tempo tinha deliberado que as Diretorias Regionais, especialmente as grandes Diretorias teriam um diretor e doze mil empregados, carece de você ter uma estrutura de suporte no borde da diretoria que possa lhe permitir avaliações definições, enfim, não é uma diretoria qualquer. Então eu disse ao Presidente o seguinte: Presidente, eu gostaria que o senhor me permitisse implantar as coordenadorias que são funções intermediárias entre o Diretor Regional e o time de gerentes de base. Então a gente precisava realmente ter uma condição e isso já tinha sido deliberado, mas não tinha sido implantado ou seja, não tinham sido designadas as pessoas. Então eu pedi a ele o seguinte, que ele me permitisse escolher um grupo de pessoas que fossem comigo para lá para poder enfrentar esse problema que V.Exa. já pôde ver que não é pequeno. Ele disse: "Então, escolhe as pessoas". Eu escolhi as seguintes pessoas. O senhor Carlos de Souza Montenegro, administrador postal que se encontrava na Diretoria Regional da Paraíba. E é um profissional de grande valor qualificado, poderia me oferecer suporte na área operacional. Eu já o conhecia, tinha exercido várias funções uma pessoa da minha confiança e que hoje, inclusive, exerce um papel importante aqui na Administração Central. O senhor Fernando Augusto

Alves, engenheiro sênior foi o meu gerente de engenharia em toda a minha gestão no Estado do Pará e modéstia parte o Estado do Pará teve um dos melhores desempenho e resultado na recuperação das suas instalações que pode ser testemunhada pela sociedade do Pará. Maurício Marinho Administrador Postal pleno. Meu colega de turma lá na PUC, como o Castro foi também meu colega de turma. Então conheço o Maurício Marinho desde 1977. Um dos melhores profissionais uma das pessoas mais competentes que eu conheci dentro dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Inteligente e qualificado. Paulo Maurício Sales Cardoso, advogado pleno, foi o meu assessor jurídico no Estado do Pará, exerceu a função também de assessor jurídico aqui no Ministério das Comunicações durante dois anos, uma pessoa com plenas condições de me oferecer o suporte que eu precisava. Então, esses quatro profissionais foram às pessoas que eu pedi ao Presidente que permitisse a ida--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele concordou?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Concordou. Concordou. E eles foram designados coordenadores nas funções coordenando grupos de gerências afins para cada uma das atividades.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor à época então já era amigo do senhor Maurício Marinho?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim. O Maurício Marinho, eu quero destacar já que V.Exa. está me questionando a respeito desse aspecto. Eu queria dizer que no meu curso de administrador postal, a partir de 1977, que foi feito 1977, regime integral na PUC como já mencionado, nós tivemos cento e vinte profissionais dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, eu fui à quinta turma de administradores postais, hoje já devemos estar na vigésima turma, que funciona aqui em Brasília a universidade dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Então, muitos dos profissionais dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS são colegas, amigos inclusive, de faculdade. O Maurício Marinho foi meu colega de turma lá em 1977 e foi um dos alunos mais destacados que se revelou um dos profissionais mais destacados dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, também. Terminamos o curso. Eu fui para Pernambuco, como já mencionado. O Maurício Marinho voltou para a casa dele que era Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, daí a um tempo, chegou lá o diretor Wilson Correia, que eu mencionei, foi a pessoa que me designou gerente de operações, como V.Exa. questionou ainda há pouco. E o Wilson Correia levou de Mato Grosso do Sul o Maurício Marinho, lá para o Pará. Por quê? Era um profissional destacado, ele foi para uma missão no Pará, precisava de alguém que pudesse dar suporte técnico a ele. Quem chegou lá foi o Maurício Marinho. O Maurício Marinho logicamente: "Lá, eu conheço uma pessoa"--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Rio de Janeiro você chegou a apresentar o Maurício Marinho ao Roberto Jefferson?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eles nunca tiveram contato nessa época?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não tenho conhecimento. Certamente não, porque o Roberto Jefferson nunca me procurou nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Nunca me telefonou, nunca me procurou--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nada, nada.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Nunca. Então, Maurício Marinho. Passei a conhecer Maurício Marinho como gerente. Eu tinha--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Apenas para continuarmos nessa linha. Quer dizer, então aí o senhor formou essa equipe. O que aconteceu com o Presidente Hassan Gebrim não permitido que o senhor trabalhasse? O que ele fez?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O quinto componente da equipe que eu gostaria de ter indicado era o vice-diretor. O senhor há de convir que uma função tão espinhosa tão difícil, tão complexa como foi mencionada aí, eu precisaria ter como vice-diretor. Porque o vice-diretor no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, chamado de Diretor Adjunto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Me permite só, senhor Relator. Senhor Waldemir, está havendo um pequeno problema na outra Sub-relatoria e eu estou sendo convocado para mais uma vez funcionar como bombeiro ou quem sabe incendiário. O momento é que vai dizer. Então eu peço minhas escusas ao depoente e ao nobre Relator e vou comparecer lá para verificar--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.Exa. já tem *know-how* em dar prisão em flagrante?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Esta aí coube ao Presidente. Eu apenas preparei o processo.

[RISOS]

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, por gentileza. O senhor estava falando que queria indicar o vice-Presidente.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Perfeito. Então, eu questioneei naquele mesmo momento em que indiquei as pessoas, falei ao Presidente que eu gostaria de escolher entre essas pessoas alguém que pudesse ser o Diretor Adjunto. E eu havia escolhido o Dr. Paulo Maurício para ser meu Diretor Adjunto. Eu gostaria de tê-lo indicado para ser meu Diretor Adjunto. Por sinal Paulo Maurício Salles Cardoso que também não é meu parente, certamente também não parente de V.Exa.--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com certeza.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Presidente me disse o seguinte: "Eu já escolhi o Diretor Adjunto". Presidente, o Diretor Adjunto nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, ele faz coisas em nome do titular. Então, se eu me ausento para um evento ele pode estar assinado coisas...Então essa pessoa tem que ser da íntima confiança e eu jamais escolheria uma pessoa que não fosse qualificada em condições. Foi escolhido então para essa função o ex-adjunto de Santa Catarina, Dr. Celso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Celso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Celso, falta-me aqui nesse momento o nome do colega. Tenho conhecimento de que um profissional que se destacou lá. Mas ele não era pessoa da minha escolha. Eu tinha preocupações. E logo ao chegar no Rio de Janeiro, Dr. Celso começou a demonstrar que ele tinha uma linha de procedimentos diferente da minha. Ele, por exemplo, me telefonou em Belém, dizendo: "Olha. Eu vou reunir aqui a gerência e vou tomar"...Celso, agüenta aí. Eu sou Diretor Regional. Eu fui designado Diretor Regional. Então, eu gostaria que você aguardasse porque nós temos que traçar um plano de trabalho conjunto. E efetivamente o Dr. Celso começou a ter atitudes que eram atitudes sempre chocantes e que me preocupavam bastante. Eu vim, então, a descobrir que o Dr. Celso estava devidamente orientado sabe, por pessoas da Administração Central notadamente do senhor Gebrin, que mantinha relacionamentos constantes com ele. Então eu fiquei extremamente preocupado com isso. Em junho o Presidente então, me disse: "Eu já escolhi"--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, por que isso? Se o próprio senhor Hassan Gebrin o convidou para o cargo, por que ele colocaria alguém da confiança dele nessa Diretoria para manter relações diretas e não com o senhor?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu tenho dificuldade em dizer exatamente o que seria isso. Mas era bem típico do senhor Hassan, eu não gostaria aqui de estar fazendo ataques a ninguém, que não vem ao caso. Mas o senhor Hassan ele criou dentro da Empresa de CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, uma situação de pavor de perseguições, de venditas(F), de dificuldades.

Ele é uma pessoa que parece que tem um currículo assim. O senhor Hassam nunca conseguiu me amedrontar. Nunca tive medo dele porque eu estava lá como profissional e ele me convidou na condição de Presidente. O senhor Hassan então, parece que teria ter esse tipo que um controle meio diferente em relação às Diretorias Regionais e aliás, ele fez isso com várias diretorias. Ele colocava um de um lugar e outro de outro. Não sei exatamente o que era. Eu então falei ao Presidente no momento em que eu pedi para indicar o adjunto, no início da minha gestão. Faça o seguinte, avalie lá. Se der certo, bem. Se não der certo eu troco. Passados alguns meses, exatamente em junho eu ofereci ao Presidente uma solicitação de substituição do adjunto porque efetivamente ele não seguia as minhas orientações e eu tinha constatado inclusive, que ele tinha à Brasília, se reunia aqui com a diretoria da empresa. Então, o que demonstrava uma situação absurda. Não estava entendendo o que estava acontecendo. Então eu fiz a solicitação que ele substituísse o adjunto para que a gente pudesse, se respaldar e eu não puder amanhã, tivesse que estar respondendo coisas aos tribunais, etc, que não fosse exatamente aquilo que eu achava que deveria funcionar na Diretoria Regional. Essa solicitação Excelência, foi feita após ter sido apresentado ao Presidente todo um relatório criterioso sobre a avaliação que fiz e aí, não entrei. Não tinha condições de eu estar entrando nas denúncias etc, porque tem muitas denúncias, está afirmada aí denúncia. Que denúncias são essas? Denúncia verbal, denúncia anônima denúncia não sei o quê? O senhor sabe que num ambiente com doze mil pessoas num Estado como o Rio de Janeiro, não é fácil ficar cuidando de coisas dessa maneira. Mas nós fizemos todo um trabalho técnico. Esse time que foi comigo as quatro pessoas, o senhor Celso também participou e apresentei aqui ao Presidente da ECT quais eram as necessidades da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, e apresentando todo um projeto de desenvolvimento da Diretoria Regional do Rio de Janeiro para a ascensão dos seus resultados, sejam os resultados técnicos resultados econômicos, resultados sociais. Deste assunto, estranhamente não recebi nenhuma resposta do senhor Gebrim, nem da diretoria da ECT. Eu comecei a perceber que existia uma insatisfação com a minha presença no Estado do Rio de Janeiro da parte da diretoria. Porque os diretores iam ao Rio não passava na sede da Diretoria Regional. Eu disse: "Opa. Está acontecendo alguma coisa estranha". Certo? Eu não queria vir para cá. Eu fui convidado para vir para cá. Certo? E agora a coisa se passa dessa maneira. Eu então fiz as outras solicitações que eu havia de fazer, fiz uma apresentação de resultados já nos três primeiros meses, pelo estabelecimento de um trabalho de austeridade, um trabalho de redução de despesa, um trabalho de desenvolvimento comercial. Nós conseguimos fazer os resultados da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, evoluir. E nós já estávamos alcançando as metas. Nós já tínhamos lucro na Diretoria Regional do Rio de Janeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Fruto de trabalho técnico, fruto de trabalho criterioso, fruto de trabalho profissional. Solicitei ao Presidente também aquilo que eu já havia solicitado verbalmente que era uma auditoria detalhada de toda a situação da diretoria do Rio de Janeiro que, aliás, deveria ter sido uma coisa espontânea. Isso deveria ser uma regra. Não sei se V.Exa. concorda. Se alguém vai assumir uma Diretoria Regional especialmente numa circunstância como essa, deveria se ter uma auditoria completa para que se pudesse oferecer em primeiro estabelecer uma linha divisória, em segundo se estabelecer o que estava certo e o que estava errado. Mande essa correspondência ao senhor Presidente Hassan Gebrim da qual nunca obtive respostas também.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor aqui diz o seguinte: "O (?) do regional transmite ao ocupante da respectiva função de confiança (?) muito grande, etc". Com gestor de orçamento próprio da região ordenador de despesa, atraindo as conseqüências e tal. Assim, é o que me pareceu tratar pessoalmente a Vossa Senhoria, a Diretoria Regional do Rio de Janeiro apresenta uma série de problemas reconhecida à gravidade que merece e estão recebendo uma atenção especialíssima por parte da administração. Entretanto, não há como desconsiderar o risco de que numa auditoria futura esse profissional venha ser arrolado como responsável direto por algum desses problemas com todas as implicações decorrentes. De fato (?) os sistemas de cobrança, de Contas, administração do orçamento, a união de contratos, aos

índices da qualidade operacional, aos gastos com horas extras, a manutenção de móveis e imóveis e (?), tem sua origem na gestão passada e merece registro, só para definir claramente a situação encontrada pela atual administração. Pelo exposto (?) obter a autorização para (?) auditoria interna extraordinária na Diretoria Regional de Rio de Janeiro. Quais eram os problemas? Tinha corrupção lá?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não cheguei a constatar nada. Não cheguei a comprovar coisas. Aquele relatório que entreguei a V.Exa. das propostas, ali são identificadas insuficiência na cobrança de devedores resultados operacionais insatisfatórios. Achava que o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS não estava funcionando lá entre Rio e São Paulo, que é o principal mercado nacional de forma a poder competir com os concorrentes. Não sei se isso--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu falo em conciliação de contas.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A conciliação de contas é a contabilidade como um todo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não batia--

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: As diversas contas estavam cheias de pendências. Enfim, a contabilidade numa empresa como os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. V.Exa. pode imaginar o tamanho da complexidade do problema. Então, é algo que precisa ser examinado com critério. Essas situações todas me levaram a solicitar formalmente aquilo que deveria ter sido uma coisa automática. E eu já havia pedido mais de uma vez. E simplesmente isso não aconteceu. Solicitei também mercê de um desempenho insuficiente, insatisfatório da assessoria jurídica que também fosse substituído o assessor jurídico.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO(PT-SP): Era insatisfatório por quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Porque o senhor sabe que todas as questões relacionadas com questões trabalhistas questões de cobranças, questões, litígios diversos todas as atividades, elas merecem, exigem da assessoria jurídica um desempenho realmente à altura. E como eu pude expor nessa correspondência a assessoria jurídica efetivamente não oferecia isso, perdia questões, perdia causas e havia efetivamente uma situação anômala.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor diz aqui: "Além de graves denúncias de irregularidades no processo de terceirização da cobrança jurídica". O que aconteceu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Havia lá uma denúncia que nós recebemos de que a contratação de um escritório não cheguei apurar, não tive oportunidade porque logo em seguida saí da função. Mas de que a licitação, que foi feita para contratação do escritório jurídico era uma contratação que a pessoa que havia perdido um dos concorrentes apresentava um questionamento sobre isso. Então, são denúncias graves, porque para contratar o escritório de assessoria jurídica há dúvidas. Então, a gente não sabe mais em que não vai ter dúvida.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual foi o escritório? O senhor lembra?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não lembro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a abrir uma sindicância por esse caso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi aberta. Foi aberta. Mas ficou tudo na diretoria do Rio de Janeiro. Eu não sei quais foram os resultados.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Bom, isto como V.Exa. pode ver isto foi em junho. No mês de julho eu entrei em férias, eu precisava me ausentar, precisava ir para

a minha cidade para resolver pendências. A minha família se encontrava em Belém e a minha família tem, nós temos um relacionamento muito próximo, eu tinha dificuldades familiares que eu precisava resolver. Então, eu estava também me acautelando porque eu iria me ausentar por trinta dias está certo, ou vinte, sei lá, quanto tempo fosse necessário, pelo menos das férias seria no máximo trinta dias. E eu precisava deixar alguém da minha confiança para ficar a frente da Diretoria Regional. Mas o Presidente da ECT não deu a menor bola. Não me deu nenhuma resposta. Quando eu retornei das férias, lá no início do mês de agosto de 2001, eu me deparei então com meus quatro auxiliares, aqueles quatro que haviam sido designados, coordenadores da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, uma grande Diretoria Regional, importante para o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, eles estavam no aeroporto me esperando dizendo: "Olha, estamos indo embora. O que houve? Nós fomos dispensados da função. Talvez você tenha pedido para substituir o adjunto, o Presidente não gostou e substituiu a nós quatro. Estamos indo embora. Fomos mandados de volta para casa". De volta. Dispensa da função. Nenhuma irregularidade nenhum problema, nenhuma apuração, nenhum processo. Eu tenho aqui as portarias. Então devolve fulano, fulano, fulano, fulano de volta para casa. Tem calma aí, que eu vou procurar saber o que se passa. O primeiro aqui é Maurício Marinho, primeira portaria. O segundo aqui é o senhor Fernando Augusto Alves. O terceiro é o senhor Paulo Maurício. E o quarto aqui, Carlos de Souza Montenegro. Cada um voltou para sua origem. E a origem, na origem todos foram impedidos de exercer qualquer função de ser designado para qualquer coisa etc, etc, etc. Sem nenhuma causa sem nenhum processo, sem absolutamente nada. Como V.Exa. pode observar são dispensas sem nenhuma causa, sem nenhuma justa causa, sem nada. Aqui estão as portarias. Desculpe.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí, o que aconteceu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu procurei conversar com o Presidente por telefone de todas as maneiras. Ele sequer me entendeu. Não me atendeu. Então, no dia oito de agosto, eu dirigi ao Presidente uma carta solicitando a minha dispensa, agradecendo a designação para a função, mas pedi a minha dispensa da Diretoria Regional do Rio de Janeiro e não fui demitido, dispensado como foi dito.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na época, o senhor conversou com o Deputado Roberto Jefferson?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Conversei.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que o senhor conversou com ele?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Me dirigi ao Deputado Roberto Jefferson informando a ele que estava se passando esse problema e que eu estaria solicitando a minha dispensa da função porque percebia todas as dificuldades que tinham sido colocadas para o nosso exercício, lá na função e que tinha combinado com essa atitude do Presidente sem me dar qualquer explicação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que o senhor comunicou essa situação ao Deputado Roberto Jefferson?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Comuniquei pelo relacionamento que eu tinha com ele. Como a minha ida para lá, Excelência--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é amigo próximo dele?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sou amigo próximo. Eu o conheci. Ele é um parlamentar. Esteve no Pará como ele disse. O Pará tem uma bancada importante da área do PTB. Eu tenho relacionamento--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor esperava que ele tomasse algum tipo de intervenção?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Eu informei a ele. Eu fui informá-lo. E ao informá-lo ele disse assim: "Ok, Waldemir. Eu acho que você está tomando a decisão certa. Eu acho que você deveria"--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele tomou alguma providência?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Quem?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Deputado Roberto Jefferson.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu vou expor algumas coisas adicionais. Eu queria lhe dizer o seguinte. Eu solicitei a minha dispensa de Diretor Regional do Rio de Janeiro. Coloquei aqui inclusive, que situações imponderáveis me impediam. Agradei a designação ao Presidente. Eu solicitei ao senhor Presidente a minha dispensa e pedi o meu retorno à minha cidade.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: E aí, eu disse para o Deputado Jefferson o seguinte. Deputado, eu vim para cá também com a sua concordância, certo. Se o senhor puder eu gostaria que o senhor tratasse com o Hassan, do meu retorno para o Pará, de uma forma decente, de uma forma respeitosa, que me mantivesse lá, natural, quer dizer, se eu quisesse fugir de alguma coisa não teria ido para o Pará. Teria ido para qualquer outro lugar. Teria procurado me pegar com A, com B, com C. Não foi nada disso. Tudo bem. Vamos ao Pará. Ele então, o Jefferson disse: "Está certo. Eu vou conversar com o Hassan. Vou ver se te ajudo nisso aí, certo". Ele conversou, na minha frente ligou para o ministro Pimenta da Veiga e disse o seguinte, que tinha sido acertado que eu retornaria ao Pará e que lá, ele disse assim: "Pimenta, eu só quero que você devolva o Waldemir para o Estado do Pará. Certo. E mantenha ele lá. Ele não quer função nenhuma. Uma situação respeitosa. É um grande profissional. Tive os resultados que já pude demonstrar a V.Exa. Acho que não seria nada demais ir para lá e ser respeitado e continuar trabalhando decentemente". Ele disse: "Ok. Ele concordou em te colocar lá como Diretor Adjunto". Eu não faço questão. Até porque seria inconveniente eu chegar lá, tendo sido Diretor há dez anos, ser Diretor Adjunto. Eu preferia ficar como assessor do Diretor, apoiá-lo, ajudar no que pudesse. Retornei para lá nessa condição, então.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A época, o Deputado Roberto Jefferson conversou com o Presidente Hassan Gebrim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certamente. Conversou.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que falaram?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ele disse o seguinte, que havia incompatibilidade. Que havia incompatibilidade, que não dava para agüentar--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Deputado Roberto Jefferson propôs alguma coisa que o senhor ficasse no Rio de Janeiro?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Ele me disse o seguinte, que havia incompatibilidade. Que havia incompatibilidade que não dava para agüentar--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Deputado Roberto Jefferson propôs alguma coisa, propôs que você ficasse no Rio de Janeiro.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Ele me disse que sua decisão está correta. Eu também tomaria essa decisão. Vai em frente. Tem meu apoio. Foi o que ele disse. Bom aí aconteceu. Eu também fiz um agradecimento fiz uma exposição aqui estão os resultados que nós já tínhamos na época. A diretoria do Rio de Janeiro já vinha experimentando um resultado em seis meses pouco mais de cinco meses. Já havia vinha experimentando resultado muito bom. E eu agradei. Fiz um agradecimento a todos os funcionários. Ofereci um relatório. Bom, nesse período desse conflito eu fui procurado por um ex-Presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS, Rocha Lima que me disse: "Quer assumir a Diretoria Comercial dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS?"

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi procurado pelo senhor Rocha Lima?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Rocha Lima. Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ele fazia na época?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não sei. Ele estava fora dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, e disse que conhecia pessoas que estavam muito insatisfeitos com o desempenho dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, e tinha, muitos--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi em que ano?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Isso foi exatamente nesse momento em junho, julho por assim. Em julho de 2001.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Rocha Lima não época não era.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não era. Estou expondo como aconteceu, não era mais dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Eu disse: "O que, que é a coisa?" Eu quero te dizer o seguinte: "Você é um profissional dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. E todo mundo conhece o teu trabalho está na Diretoria Regional do Rio de Janeiro fazendo um bom trabalho e tem pessoas de São Paulo, tem Deputados de São Paulo Deputado Kassab do PFL, que também está muito insatisfeito parece que tem sido demandado aí por pessoas que estão tremendamente insatisfeitas com o desempenho do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em São Paulo. A área comercial envolvendo São Paulo. São Paulo é 50% dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Eu disse: "Olha, Rocha Lima eu não sei. Eu acho uma situação."--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Você já conhecia o Rocha Lima?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Conhecia. Ele foi Presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS também.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor o conhecia da época?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Conhecia ele da época. Quando eu assumi a Diretoria Regional do Pará em 91 ele era o Presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Profissional dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS também. Eu disse: "Olha Rocha Lima eu acho isso uma situação muito difícil complicada o Diretor Comercial é carne e unha com o Presidente da ECT, ele é um companheiro de diretoria. Isso não dá certo". Ele disse: "Você não tem coragem? Eu tenho coragem e tenho projetos. Está certo? Se eu não ficar no Rio de Janeiro, se tiver condições de ser Diretor Comercial do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS eu topo. Eu não tenho preocupação, já estou no Rio aqui e volto para Brasília sem problemas, estou até mais perto de casa". Até falei isso para ele. Então tive uma reunião com o Deputado Kassab em São Paulo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que foi o senhor Rocha Lima que marcou essa reunião?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Marcou essa reunião.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dr. Kassab.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Deputado Kassab conversou comigo disse que havia efetivamente muitas demandas de insatisfações com decisões que a área comercial dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido e

não sei o que, não sei o que. Que eu não sabia exatamente o que vinha se passando eu sabia que ia fazer o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido no Rio de Janeiro, como eu fiz no Pará e funciona até hoje. Quando estava de férias naquele período de julho, antes de retornar é que eu tive uma reunião em São Paulo com o Deputado Kassab, não o conhecia meu nome foi oferecido para ele sei lá, referendado pelo Rocha Lima. Ele então me disse: "Realmente nós precisamos acho que o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS não está indo bem São Paulo, eu tenho muitas demandas aqui de cobranças, mau funcionamento. E a gente precisa modificar isso. Você tem condições?" Não sei se tenho condições. Ofereci a ele essas informações. A situação é complexa, o Presidente do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS parece que não está satisfeito com as atitudes que eu tenho aqui não. Porque as atitudes que eu tinha não aceitar Rio de Janeiro e São Paulo terem uma relação que era rodoviária. O único trecho do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS que acontecia rodoviário era o trecho Rio-São Paulo. Isso me parecia--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O resto todo aéreo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O resto todo aéreo. Isso me parecia muito estranho. Isso me parecia que só interessava aos concorrentes. Eu coloquei isso. Nós temos documentação sobre isso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sua idéia seria fazer aéreo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Aéreo, aéreo porque nós teríamos possibilidade de concorrer melhor com todos os concorrentes que nós sabemos que existem aí nesse espaço inclusive, agências franqueadas que naquela época também tinham atuação na entrega entre Rio-São Paulo. Ora se no principal mercado eu estabeleço a pior infra-estrutura, logo eu não tenho condições de concorrer.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a defender essa proposta para o Presidente Hassan Gebrim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Defendi. Nada foi resolvido.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor Rocha Lima achava que era correto?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Achava que era correto. Ele sabe. Trabalhou nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Foi Presidente. Sabe como é. Conclusão eu voltei para minhas férias fui resolver meus problemas e quando retornei já encontrei eu não sei se... Já encontrei os colegas lá no aeroporto pedi a minha dispensa voltei para casa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Rocha Lima não era da VARIG LOG?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Era da VARIG.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era Presidente da VARIG LOG?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sei se era Presidente. O senhor Rocha Lima saiu dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS foi para VASP, implantou um projeto na VASP e depois foi para VARIG e implantou um projeto na VARIG. Sempre manteve relações assim.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em geral?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu creio que sim. Porque na verdade a VARIG sempre foi concorrente, mas parceira. Não só a VARIG, VASP todos os transportadores, seja aéreo ou rodoviário são concorrentes--

CPMT - CORREIOS
18
Fls. Nº
18
Doc: 3556

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Teve um momento que a VARIG deixou de ser digamos assim contratada pelos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Acho que houve um momento que havia qualquer coisa de desempenho insatisfatório e nesse assunto também, foi um dos assuntos que eu logicamente interfeiri. Procurei verificar o Rio de Janeiro é um dos trechos mais importantes da rede postal aérea noturna está certo. Então precisava funcionar adequadamente. Não tem sentido.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E não funcionava?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não funcionava. É um dos projetos que a gente apresentou.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na época VARIG LOG que não operava bem?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A VARIG com certeza trabalhava com o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, certamente era uma das que tinham dificuldade.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não só VARIG. VASP, e tantos outros. Tinham dificuldades. Eu então voltei--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A argumentação que V.Sa. fez é correta quer dizer, pelo menos aparentemente para quem não entende. Qual a resistência de se colocar uma linha de CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS aéreo noturno em São Paulo e Rio?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu tenho um relatório aqui que eu gostaria de oferecer a V.Exa. que faz todas as considerações a respeito do desempenho da chamada rede, ponte rodoviária--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO:-- Que é ligação entre Rio e São Paulo. Na época eram quatorze caminhões e o relatório dos técnicos, todos trabalhos técnicos. O senhor vai poder observar demonstravam o seguinte, que nós tínhamos um desempenho insatisfatório a correspondência sempre chegava no Rio de Janeiro com atraso, perdiam os prazos, porque os caminhões eram assaltados, os caminhões davam pane--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era só uma empresa de caminhões que fazia?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não tenho a menor idéia, era mais de uma. Não tenho lembrança do nome das empresas. E de fato não havia nenhum sentido. Bom a argumentação de que, não a aérea é muito cara. Engraçado é cara em todo o canto. Porque no mercado principal nós temos melhor condição de competir, essa variável seria assim inviabilizadora da sua utilização? Algo não me parecia adequado em relação a isso, está certo. Eu queria que V.Exa. pudesse observar que eu tive o cuidado por considerar assuntos de extrema relevância não só para minha responsabilidade mas para o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. E eu tive o cuidado de selecionar e guardar esses materiais.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fez muito bem. Nos auxiliará muito.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Então, aqui nós temos todo o relatório onde se faz todas as avaliações do desempenho da Ponte Rodoviária e avaliação relativas à colocação do transporte aéreo. Eu pude por exemplo, no dia 05 de junho um documento que eu gostaria de ler para V.Exa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: No dia 05 de junho... No dia 06... No dia 05 de junho eu tomei conhecimento que estaria saindo o edital para renovação do contrato da Ponte Rodoviária. E eu tinha uma tese diferente. Eu queria discutir essa tese.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que era o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Aéreo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Aéreo. Eu então recebi uma correspondência do departamento de gestão operacional.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi em que data?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi, essa minha correspondência está aqui datada. Eu estou achando estranho, a minha correspondência é datada de 05 de junho. Eu tomei conhecimento acredito dia 05 de junho, não sei se foi fax, ou por telefone, que estaria saindo esse edital. Eu então me antecipei no dia 05 de junho e disse o seguinte para o Departamento de Gestão. "Haja vista a importância que o assunto requer que o assunto requer a palavra está imprópria aqui, bem como necessidade de uma análise mais apurada solicitamos a V.Sa. que nos seja concedido prazo até o dia 12, ou seja, apenas sete dias. Para apresentarmos nossa manifestação a respeito do assunto em tela". Quer dizer gostaria de examinar com os técnicos enfim, oferecer esse relatório aqui para que pudesse ser avaliado melhor. E aí eu tive a resposta. Está certo. A minha correspondência foi no dia 05 e a resposta foi no dia 06. A resposta foi dada pelo chefe do departamento senhor José Garcia Mendes. Infelizmente não será possível a concessão do prazo solicitado em virtude de já termos enviado o edital para o DEJUR, Departamento Jurídico para análise e chancela. Acrescentamos ainda que o assunto em tela foi amplamente discutido por técnicos das duas Diretorias Regionais. Aquilo que eu falei ainda há pouco. As pessoas daqui tratavam coisas com A, com B, com C e a Diretoria Regional passava batido e olha a responsabilidade do Diretor Regional. E que o atual momento seria apenas para ajustes finais. Como se o Diretor Regional fosse um mero ocupante da cadeira e não tivesse que dar palpite em relação a isso--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seu adjunto deve ter participado?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sei. Acredito que sim, eu não posso afirmar isso aí. Eu então ofereci ao senhor Mendes uma resposta indignada como não poderia deixar de ser. Eu disse a ele o seguinte. "Esta diretoria reserva seu direito de a partir da investidura na função com origem em ato do senhor Presidente da ECT não abrir mão de sua autoridade e responsabilidade. Não só autoridade mas responsabilidade também. Nos estritos limites da sua competência. Portanto desconsidero por inoportuna e indevida a manifestação de V.Sa. em razão da ausência de competência desse departamento e pelo direito de não admitir como concluída uma matéria que atinja a dependência que dirijo, e sobre a qual não tive oportunidade de opinar pessoalmente. Em nível compatível com o das cobranças a que estou sujeito através dos órgãos de controle interno e externo". Eu fiz essa manifestação e pedi despachei esse documento para a coordenaria competente que fizesse todas as avaliações técnicas que envolviam e que resultou nesse documento aqui que eu queria passar as mãos de V.Exa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Rocha Lima tinha avaliação que seria possível e rentável essa, digamos assim essa extensão do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Aéreo Noturno, eliminando via terrestre?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu não posso lhe fazer afirmações em relação a isto porque não tratei com o Rocha Lima esse tipo de assunto. Certamente o Rocha Lima um homem trabalhando numa empresa aérea ele tem interesses. Mas eu também tive sempre noção muito clara não é, da divisão entre a minha responsabilidade e o desejo dos amigos ou amigos entre aspas ou os adversários. Eu não cederia aos seus interesses, digamos entregando a minha responsabilidade profissional.

CORREIOS - CN -	
20	
Fis. Nº	20
3556	
Doc.:	

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas parece lógica a idéia de que uma ponte aérea pudesse ser feita. Quais empresas ganharam essa licitação, o senhor sabe dizer?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não sei lhe dizer. Depois que eu me afastei. O senhor vai ver que a seqüência foi de uma perseguição implacável a minha pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Depois disso. Continuou.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor teve um contato com o Deputado Gilberto Kassab, proposto pelo senhor pelo ex-Presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certo. Perfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E nessa reunião o Deputado propôs que assumisse a Diretoria Comercial dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Nacional. E aí?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pedi a minha dispensa diante da situação que eu já expus. Fui para o Pará.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não havia tido a resposta da Diretoria Comercial.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não havia tido a resposta. Fui informado através de um assessor que não lembro quem do Kassab(F) dizendo o seguinte. Olha, estivemos com o Pimenta da Veiga e ele aqueceu a sua indicação para Diretor Comercial. Determinou que fosse tratado assunto com o Hassan. Eu digo: "Bom, agora a gente vai ver o que vai acontecer, não é". E aconteceu.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que aconteceu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Fui demitido.

[RISOS]

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não só foi nomeado Diretor Comercial, mas foi demitido dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Fui demitido. Naquele momento efetivamente eu já estava afastado por tratamento saúde. O senhor há de convir que essa guerra não tem cristão que agüente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 18 de outubro de 2001. Demitido sem justa causa.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: 08 de outubro. Então eu já estava com a saúde abalada tive uma depressão etc--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor chegou a ir falar com o senhor Hassan Gebrim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não me atendeu. Nunca me atendeu. De lá para cá. Só me atendeu uma vez quando me entregou aquele documento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A época o senhor Deputado Roberto Jefferson, soube que o senhor foi demitido?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Soube.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o que ele falou?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Achou um absurdo perseguição.

RQS nº 03/2005 - CN -	
GPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	21
Doc.	3356

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deputado Kassab também?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu entendi também, eu já esse ofereci informações a respeito disso para vários órgãos. Entendi o seguinte, o PTB compunha a base do Governo Fernando Henrique. Num dado momento, o PTB saiu dessa base e passou a apoiar Ciro Gomes no momento em que se passava a eleição que era esse momento aí. Quando o PTB saiu da base passou a apoiar o concorrente do PSDB--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor se lascarou.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Virei à vítima principal. Era um problema da composição política.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora na medida que tinha relações com o PTB, o Deputado Kassab é do PFL. Por que o PFL teria interesse em indicar o senhor?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pois é, eu gostaria de dizer o seguinte: Se V.Exa. me dá a oportunidade de fazer um comentário extremamente importante. Veja que minha relação não é uma relação política digamos promíscua, certo. Há quem tenha muito preconceito com político. Eu quero dizer a V.Exa. que nunca tive, sempre me relacionei com todo os partidos do meu Estado vereadores, deputados, senadores, sem nenhum preconceito. Ninguém nunca me solicitou coisas impróprias e quando alguém me solicitou algo que eu achava que não era conveniente, eu diria, nem para você, nem para mim é conveniente isso. Então de maneira que eu nunca tive dificuldade nessas relações. E veja que a pessoa que me procurou me sugerindo o meu nome não é, como disse, disposto a enfrentar o dragão porque eu não tinha medo do Hassan profissionalmente Talvez, os nossos colegas dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, que são pessoas do mais alto nível. O CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tem uma academia de profissionais, sofram de um único mau quando chegam a um cidadão desse tipo nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS as pessoas ficam premidas com medo de perder sua função, com medo de perder o emprego e começam a se dispor a fazer coisas que talvez não quisessem fazer, a aceitar imposições. Eu nunca aceitei e não aceitarei jamais. Então o Rocha Lima me destacou como um profissional que talvez tivesse coragem de enfrentar o Hassan, enfrentar no bom sentido iria para trabalhar. E ao mesmo tempo que tinha qualificação técnica. Presumo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque o Rocha Lima teria interesse no enfrentamento com o Hassan? O Hassan também se dispunha com Rocha Lima?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Veja, Deputado eu não acho que não havia interesse do Rocha Lima, O Rocha Lima é um ex-Presidente do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS é uma pessoa que tem relações amplas, do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, da VASP, da VARIG, e lógico que tudo que tem haver com atividade postal, sendo dentro do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ou fora o Rocha Lima é sempre uma pessoa procurada--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A ele interessava até para desempenhar bem suas atividades. Então ele talvez ele tivesse uma avaliação crítica do Presidente Hassan Gebrim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não diria isso. Não tenho condição de afirmar isso. Mas apenas dizer o seguinte. Eu não estou dizendo que o Rocha Lima procurou o Kassab, o Deputado Kassab. Talvez o Deputado Kassab dito: "Rocha a gente precisa de gente que tenha outro tipo de atitude"--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gente competente--

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	22
	22
Doc:	3556

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --"Mas tem o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tem gente qualificada, tem nomes assim e assim". Imagino que meu nome tenha chegado por essa via.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Claro.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: São credenciais que eu tenho modéstia aparte--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que o abonariam a essa função.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De fato, parece que o Presidente Hassan Gebrim não tem grande conta pelo menos no depoimento que ele faz aqui, eu gostaria que o senhor comentasse ele estava sendo argüido sobre o Deputado Roberto Jefferson. Ele diz o seguinte, respondendo a uma pergunta do Deputado Silvio Torres. "Eu não tenho dúvida disso. Não há outra razão. Primeiro ele não me conhece nem eu o conheço. Ele nunca trabalhou próximo a mim. Então quando relatei essa questão, quis induzir exatamente a isso. Por que pra mim só pode ser uma vingança. Ficou claro e evidente no relatório Maurício Marinho perdão que está falando. Relatório que está aqui com o Relator está se formando uma quadrilha no Rio de Janeiro. Estava se formando uma quadrilha no Rio de Janeiro. Não tenho dúvida disso. E o líder dessa quadrilha era o Waldemir. Ele não era o chefe. Era o líder da quadrilha. Eu não tenho dúvida disso e a minha inferência a minha avaliação é que isso é uma retaliação". Ou seja, Como o senhor Hassan Gebrim é mencionado pelo senhor Maurício Marinho, quando ele foi argüido ele diz que a retaliação do Maurício Marinho, se devia ao fato, de que teria desfeito uma quadrilha no Rio de Janeiro, o qual o senhor seria o líder da quadrilha. Aí o Deputado Silvio Torres pergunta: "O senhor está se referindo ao Rio de Janeiro. É ele soube. Silvio Torres: Na época que o senhor era Presidente o senhor disse que ele estaria formando uma quadrilha na Diretoria Regional do Rio de Janeiro? É exatamente. Eu ia demitir o Marinho. Ele sabe que eu ia demiti-lo. O Silvio Torres: Eu vou voltar a fazer a pergunta ao senhor que eu já fiz. O senhor indicou o diretor do Rio de Janeiro sem nenhuma influência política? Não. Silvio Torres: E nenhum político? Não. Não. Silvio Torres: Senhor Roberto Jefferson não teve nada haver com essa? Não. Não. Roberto Jefferson me ligou quando eu o demiti. Eu lhe disse que alguns ligavam quanto à demissão. Ele me ligou quando eu o demiti, queria saber por que eu havia demitido. Eu disse que estava disposto a explicar a ele. Marcamos uma ida os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS no dia seguinte não foi, nunca mais houve nenhum contato nenhuma referência a isso". Porque o senhor Hassan Gebrim denomina o senhor de chefe de quadrilha? O que está por trás disso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pois não excelência. Eu queria sinceramente agradecer a V.Exa. pela a oportunidade que me deu me convocando para cá e principalmente por esse item que é o que mais me interessa. Veja bem eu não tenho acusações a fazer ao senhor Gebrim. O senhor tem observado na minha exposição. Se eu tivesse eu faria. Mas eu não tenho acusações a fazer. Mas eu entendo que o senhor Hassan ao ser argüido na CPI ele não tenha avaliado adequadamente que aqui existiam pessoas competentes qualificadas e inteligentes para saber argumentar com ele. E ele mentiu. Ele mentiu. O senhor sabe que, não sei se o senhor teve oportunidade de receber mas eu mandei um e-mail para V.Exa. para o Deputado Asdrubal Bentes. Eu tenho esse e-mail aqui. Queria entregar a V.Exa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu não me recordo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tão logo aconteceu esse depoimento eu preparei um e-mail. Estou começando me organizar. Queria que tivesse paciência comigo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Figue tranqüilo. Nós temos tempo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Mas eu tenho esse e-mail aqui onde eu disse às mentiras que ele estava falando e eu me colocava à disposição imediatamente. Lembro até que fizeram uma piadinha. Cardozo. O senhor disse: "Não é meu parente. Eu teria imenso prazer."--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:: Eu diria o mesmo

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O problema é que o senhor Cardoso grafado com S o meu com é Z--

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É a única diferença até aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): --Ou eu tenho antepassado espanhol que desconheço ou ele era analfabeto. Acho mais provável porque a minha descendência é portuguesa.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu nesse e-mail eu tive a oportunidade de dizer a V.Exa.que estaria à disposição, que eu fazia questão de vir aqui mostrando que o senhor Hassan Gebrim talvez, pretendendo se desviar das cobranças que lhe vinham sendo feitas queria dizer o seguinte: "Eu encontrei corrupção nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS sim. Isso foi que ele disse, eu encontrei corrupção...E ao encontrar...Eu vou localizar aqui já passo para V.Exa. Ao encontrar corrupção eu demiti os responsáveis pela corrupção. Está certo? Demiti uma quadrilha que se formava no Rio de Janeiro". Veja bem V.Exa. já pôde receber os meus documentos que demonstram primeiro: Que eu saí da DR do Rio de Janeiro a pedido. Ele não colocou isso em documento nenhum. Mas eu pedi. Certo. Segundo: Ele me dispensou sem nenhuma razão. Quando alguém--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi sem justa causa.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: --Sem justa causa. Quando alguém está formando uma quadrilha cabe ao administrador apurar, abrir o inquérito correspondente e fazer a devida apuração. Se ele não tivesse mentido aqui como mentiu certo ele teria no mínimo deixado de cumprir o seu papel ao deixar de apurar a ocorrência da tal quadrilha. Está certo. Então eu não tenho nenhum processo julgado me condenando na justiça por qualquer situação que possa parecer irregularidade impropriedade etc. Eu recebi uma multa do TCU, certamente do conhecimento de V.Exa. Apenas uma multa por falhas formais e que eu não tive oportunidade mais de entrar com recurso e depois eu vou poder discorrer sobre esse assunto que me é também de muito interesse. Mas o senhor Hassan então, quis dizer o seguinte. "Tinha corrupção. Eu puni as pessoas que estavam praticando a corrupção". Cadê essa corrupção? Cadê esse processo? Cadê esse documento? Ele provavelmente diz, por quê? Porque depois que aconteceu tudo isso ele mandou um time de dez auditores veja bem, quase um ano depois do encerramento da minha gestão no Pará. Ele mandou um grupo de auditores para lá para o Pará para fazer toda uma avaliação da gestão de dez anos que eu tinha tido lá. Ora uma gestão de dez anos não acontece por acaso V.Exa. há de convir, todos os anos o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tem inspetoria permanente nós temos o TCU permanentemente cobrando. Nós temos a Siset não sei se existe a Siset do Ministério das Comunicações e tantos outros órgãos de controle. E todos os anos a gente foi auditado e etc. Nós nunca tivemos...Problemas formais de questões menores existe em qualquer administração está certo. Então eles passaram seis meses veja bem, eu já demitido quer dizer, demitido não, eu estava de licença médica, quando ele tentou me demitir eu estava de licença, estava doente já tinha, não sei como consegui sobreviver com tanta agressão depois de ter trabalhado trinta e tantos anos numa empresa com a carreira que eu fiz, subindo degrau por degrau sem ter o apadrinhamento de ninguém, Jarbas Passarinho quando me indicou esse nome eu conheço é um profissional qualificado. O Roberto Jefferson, aceitou minha indicação porque me conhecia. Ele não apostaria num nome que não tivesse capacidade. Então depois de passar por tudo isso realmente, essa agressão me afetou bastante. Então, eu de licença e eles fazendo a auditoria. Eles fazendo auditoria. No final dessa auditoria juntaram um emaranhado de papeis. Eu tenho documentos aqui a respeito disso. Com falhas relacionadas ao conserto de bicicleta, aluguel de prédio para uma agência de cem metros quadrados. Coisas do

gênero. Está certo. E juntaram dizendo o seguinte: Irregularidades graves em licitações, mandaram para o Ministério Público. Eu nunca fui ouvido nessa auditoria, nesse processo, nem no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, nem no Ministério Público, nem na Polícia Federal. Portanto nem mesmo que ele quisesse usar isto como fundamento para sua afirmação de que seria uma quadrilha, seria viável. E de mais eu gostaria de acrescentar, V.Exa. pode ver por todos os materiais que estou lhe oferecendo relatórios propostas projetos, e mais todo esse material que eu tenho aqui que demonstram o plano de trabalho da nossa..da Diretoria Regional do Rio de Janeiro documentos das minhas reuniões de coordenação com todos os gestores onde se fazia avaliação detalhada de índices de resultados, de evoluções, que eu quero oferecer para V.Exa. propostas todas essas à Presidência sem receber respostas. Isso aqui é o plano de trabalho da Diretoria Regional do Rio de Janeiro para 2001. Aqui o relatório de avaliações, não é. Enfim, um conjunto de documentos que demonstram. Quadrilha não faz isso. Quadrilha me permita V.Exa. gostaria que V.Exa. avaliasse. Quadrilha não tem plano. Não tem projeto. Quadrilha tem plano de roubo. Tem plano de assalto. E nós aqui tínhamos plano de desenvolvimento da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, nós tínhamos plano para competir com nossos concorrentes para fazer a Diretoria do Rio de Janeiro o nosso projeto comercial está aí, sair de oitenta e cinco milhões de Receita por mês para cento e cinquenta milhões de Receita por mês. Então esses eram os nossos projetos. Incluindo aí o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS não teve a capacidade não por seus técnicos, mas os dirigentes talvez tentando alguma --

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A que o senhor atribui então, essa qualificação tão dura que o Presidente Hassan Gebrim fez ao senhor o chamando de líder de quadrilha?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu acho que ele pensava que eu tinha feito denúncias. Ele achava que eu tinha denunciado ele. Eu não tinha que denunciar nada. Nada para denunciar dele--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor conhece irregularidades que tenha praticado, ou ouviu suspeitas, boatos?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Suspeitas sempre se teve.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Da má conduta dele? Pode citar fatos?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sempre se teve. Posso porque, que suspeitas pode se mencionar? A EMPRESA DE CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tem mais de cento e vinte mil empregados, tem agências em todos os municípios brasileiros. É uma instituição com um valor inestimável para a sociedade brasileira. Presta serviço a todo tipo de empresa instituição, não é. Como é que pode uma Presidência centralizar em Brasília conserto manutenção de elevadores? Nem parece adequado isso. Não me parece adequado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De todo o Brasil?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: De todo o Brasil. Havia todo um processo nessa intenção. Não sei se foi feito. Nós estávamos nos estávamos --

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Manutenção de elevadores?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Manutenção de elevadores, de sites de triagem. Passando a fazer todas--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sites de triagem?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: São máquinas de triagem. Então não me parece conveniente centraliza todo tipo de licitação em Brasília. Então, isso gerava suspeitas. O que está acontecendo? Então, todo mundo tinha suspeitas. Afirmações sobre irregularidades, eu não posso fazer, porque não tenho elementos para isso. O

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Afirmações 25
3356
Doc:

CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido. Porque o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido não foi implantado?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu acho que o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido não foi implantado porque se buscou o tempo todo uma solução estranha que não era permitido a gente saber, não se tinha noção porque eu implantei o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido no Pará. E todas as Diretorias Regionais poderiam estar funcionando. O Rio de Janeiro tinha todas as condições para fazer o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Híbrido. Não foi feito.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Falava-se que estava sendo montada empresas lá fora do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Falava-se isso. Então eram suspeitas.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Falava-se que estavam sendo montadas empresas no estrangeiro?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Lá fora que eu digo, fora dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saberla dizer que empresas eram essas?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sei. Eram as dúvidas. O senhor me perguntou se têm fatos. Não tenho fatos. Tenho dúvidas suspeitas. Por que a gente começou a mexer na rede postal entre Rio e São Paulo e ouve toda essa dificuldade. Só pode causar suspeita. Eu não entendo como é que o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS permitia que os concorrentes tivessem melhores condições que o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS podia efetivamente exercer um papel que pudesse dar resultados melhores do que ele já tem, e talvez até preços mais baixos. O Sedex é muito caro na minha opinião.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, talvez pudesse existir problema nessa própria licitação que o senhor mencionou da contratação da empresa que faria o transporte Rio-São Paulo eventualmente. O senhor ouviu algum boato?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, não ouvi. Não foi permanecido nem que a gente opinasse. Viu o documento que eu li aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o que causava suspeita na Presidência do senhor Hassan Gebrim, o fato dele centralizar todas as licitações em Brasília.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu tenho alguns documentos aqui que eu também vou deixar que são documentos relacionados com essa questão da manutenção. Aqui eu tenho um relatório feito por técnicos a respeito das diversas dificuldades envolvendo os sites de impressão às máquinas de triagem etc, e que se demorava já por muito tempo e não se fazia a licitação. Então isso causava estranheza--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora o senhor Maurício Marinho chegou fazer uma série de acusações parecidas com o que senhor está colocando. Ele também dizia que o senhor Hassam Gebrin centralizava muito. O senhor sabe citar alguma empresa específica que havia boato que ele mantinha relações na área de informática alguma área qualquer?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, Excelência. Eu não sei dizer. Eu quero dizer o seguinte, o Maurício Marinho tinha melhores condições de falar sobre esse assunto por uma razão, porque o Marinho ele voltou para cá um detalhe. O único cidadão que não foi demitido pelo Hassan foi o Marinho daqueles quatro dos cinco, eu e os outros, só quem não foi demitido foi o Marinho.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Hassan disse exatamente o contrário. Que ele queria demitir o Marinho.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Bom, ele disse que queria mas não demitiu. Certo. Veja mas que coisa curiosa o senhor Hassam faz uma coisa e diz que queria outra.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E porque não?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sei. Curioso. Veja só, haviam cinco eu e mais quatro, foram demitidos eu, demitidos não que eu estava de licença e mais três, só ficou um o Marinho eu não achei ruim, fiquei feliz pelo Marinho, que foi poupado, graças a Deus, alguém escapou. Sem nenhuma razão. Então o senhor Marinho ficou. Como o senhor Marinho ficou aqui, o Marinho evoluiu, o Marinho é um técnico competente ele exerceu várias funções--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logo depois foi para o Pará. Ou para o Rio de Janeiro não é isso? Ou ele volta para Brasília.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi para Brasília. Então, o Marinho veio para Brasília e voltou a exercer suas funções normais diversas funções ele exerceu. Ele foi chefe do departamento de treinamento. O Marinho não é uma invenção minha. O Marinho é um dos melhores técnicos que o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS já teve. Não tenho dúvida disso por isso ele exerceu vários cargos e não foi só na minha administração, na minha administração ele exerceu uma vez uma pessoa qualificada coloquei ele para ser gerente como coloquei outros. Está certo? Mas eu tenho um documento aqui...O senhor perguntou sobre empresas se eu tinha..

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fale no microfone, por favor. Por favor o senhor comentou alguma coisa.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O senhor me perguntou se eu tinha suspeitas.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Boato.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não tenho. Mas eu como disse, sempre fui muito cuidadoso com meus documentos. Eu na Diretoria Regional do Pará, chegou certa vez já nessa gestão um documento para que eu assinasse um contrato está aqui, o contrato está aqui, de uma empresa chamada POLITEC CTIS MONTREAL. E hoje eu já sei, eu vi eu já sei que existe. Então não estou fazendo uma denúncia. Agora já sei. Eu não sabia. Certo. Mas quero lhe dizer o seguinte até para demonstrar meu cuidado meu critério como administrador modéstia aparte. Quando chegou esses documentos para assinar. Eu digo, bem, foi feita uma licitação na Administração Central do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, mandam para cá para a gente assinar o contrato. Que história é essa?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estranho. Licitação feita lá assina o contrato aqui.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu lá no Pará, então me dirigi e passei o documento para meu assessor jurídico Deputado Maurício Cardoso e ele avaliou disse, não tem nada impróprio você assinar. Eu digo: "Paulo eu acho estranho. Não estou muito disposto a fazer isso. Eu quero saber o que é de onde é feita essa licitação, de onde ela vem para onde ela vai". Eu não assinei esse documento voltou, daqui eu mandei de volta questionando as coisas, não me lembro exatamente o que questionei. Ele não retornou mais. Nunca mais retornou.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca mais retornou. O contrato do que era? POLITEC? Qual era o objeto?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Era um contrato de manutenção sobre suposto desenvolvimento de sistemas de informática. Aí eu chego no Rio de Janeiro Diretor Regional do Rio de Janeiro pousei na minha mesa novamente documento para eu assinar. Agora sobre a DR do Rio de Janeiro e eu fiz o mesmo questionamento. Eu tenho aqui os documentos. Pode comprovar o que eu estou dizendo.

RQST 03/2003 - CN -	
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	
Fis. Nº	27
27	
Doc:	3556

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era a mesma licitação ou era outra?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não me lembro excelência. Sinceramente não poderia dizer—

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor tem esses documentos?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tenho esses documentos—

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Também não assinou?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não assinei. E fiz o seguinte. Se o senhor me permite eu queria destacar aqui o que eu fiz. Eu passei para os técnicos questionando a mesma coisa que eu questionei lá. Por que é isso de onde vem para onde vai. E o assessor jurídico de novo porque era novamente, quem já estava me dando um apoio jurídico, era o doutor Paulo Maurício ele disse: "Olha e aquele mesmo..". Agora eu estou reconhecendo que é a mesma coisa. Mas eu já que o pessoal acatou a minha reação lá eles vão acatar vai ter que acatar aqui novamente ou então me dar esclarecimento. Conclusão. Eu passei agorinha aqui não estou achando. Eu reagi e novamente--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não voltou o contrato?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: --Não voltou mais. Então o senhor está me perguntando se eu tenho dúvida suspeita de empresa, etc. Eu não tinha não--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É estranho realmente não voltar se a licitação foi feita.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: --Estranheza. A gente já sabe, parece que ele tem uns problemas, mas eu não sei exatamente o que é não tive acesso não tive contato.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Sobre a denúncia do senhor Maurício Marinho havia uma relação digamos assim, não muito saudável entre Hassan Gebrim e essa empresa onde teriam pessoas vinculadas a ele que trabalhariam nessa empresa.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Depois eu ouvi falar do senhor Mauro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele negou veementemente. São depoimentos que estão marcados agora para serem colhidos.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Desculpe excelência, mas aqui tem uma coisa importante que eu quero lhe mostrar.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fique à vontade.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A gente arruma, arruma, mas na hora H.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso é assim mesmo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Termina misturando. Olha, aqui o contrato. Eu não queria tirar da ordem.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, fique tranqüilo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Manutenção. Aqui as propostas de contrato. Tem aqui as planilhas os valores.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse é o contrato que não foi assinado com a POLITEC?

REG. Nº	08/2005 - CN.
CPMI - CORREIO	
Fls. Nº	28
Doc.	3556

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Botaram meu nome aqui para eu assinar eu não assinei questioneei, voltaram mais de uma vez. Está aqui o parecer jurídico. Achei o que eu queria.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui o parecer jurídico do contrato do doutor Cardoso.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu vou já lhe passar só para o senhor ter idéia, eu passei com a seguinte orientação. Se houver coerência jurídica já manifestada eu ainda com parecer jurídico do meu assessor jurídico talvez, não tenha gostado muito já foi dito que havia uma coerência. Solicito informar se as OS, ordens de serviço e o próprio contrato atendem adequadamente daí passei para técnica. Atendem adequadamente as necessidades desta Diretoria Regional. E se os preços estão de acordo com o mercado local sem prejuízo do funcionamento do serviço, eu estava preocupado com a manutenção do serviço. Foi passado foi dado um parecer.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse serviço não foi feito?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Deve ter sido feito depois que eu saí. Deve ter sido feito V.Exa. Eu saí era 07 de junho. Eu vou lhe oferecer aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem foi que o sucedeu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Na Diretoria Regional. Ficou o adjunto senhor Hassan designou o adjunto.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ele havia indicado?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Dr. Celso, uma pessoa competente. Mas eu queria lhe oferecer isso aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, ótimo excelente.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Aqui está o parecer jurídico. Se o senhor me permite uma consideração. Eu queria ressaltar mais uma vez que essa atitude de dirigente não corresponde com a pecha de líder de quadrilha. Eu faço questão de destacar isso com a sua permissão.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem lembra de mais algum caso que tivesse essas mesmas características da questão do senhor Hassan Gebrim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não tenho, não tenho..Não tenho assim lembrança específica. Mas eu fiquei lhe devendo aí um documento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O e-mail.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O e-mail eu vou localizar aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o parecer o senhor localizou o jurídico.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Faltou o e-mail. Tem um outro documento que era sobre são dados sobre aquela manutenção que eu me referi que foi centralizada. Essa coisa ficou com o prejuízo do funcionamento dos serviços dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes do Hassan Gebrim não era centralizada essas licitações?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não era.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele que centralizou?



SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Acredito que tenha sido ele por que foi na gestão dele. No Pará não tem site de triagem, é uma diretoria menor. Eu não sabia como se passava isso. Mas quando passamos a atuar na atividade aí começamos achar estranho a centralização, a centralização dificulta a participação de empresas locais etc. Então, sobre essa questão aí não poderia fazer. O único caso empresarial que me chamou atenção--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi esse da POLITEC.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: --Foi esse caso aí. Achei aqui o e-mail.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ótimo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu passei para o Deputado Asdrubal Bentes passei com cópia para V.Exa. está aqui à cópia e liguei para sua secretária liguei para seu gabinete.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é possível, nós temos uma quantidade industrial de e-mails.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Expliquei para sua secretária que estava mandando ela disse não, recebemos, eu me coloquei então, à disposição.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem. O senhor no período que foi Diretor Regional dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS do Pará, o senhor teve algumas multas do Tribunal de Contas da União. Uma que foi colocada enquadramento de serviços comuns como serviços de engenharia, o que qualificou irregularidades nos contratos de dispensa de licitação, e como o senhor sabe na lei de licitações a faixa de valores é diferente etc mas deveria ter sido isso. O senhor também tomou uma multa por imprevidência administrativa por ter tomado situações que ensejaram contratações por emergência, sem licitações. O senhor teve foi constatado uma elevação injustificada dos valores pagos mensalmente pela prestação de serviços advocatícios do escritório BARRA BRITO ADVOGADOS & ASSOCIADOS. Posteriormente uma prorrogação irregular de cinco anos de um contrato de fornecimento de peças. Posteriormente houve a celebração de um contrato de locação de veículos em condições antieconômicas segundo o TCU. Depois falta de agilidade nos processos de cobrança de agências dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS franqueados o que contribuía para elevação dos índices de inadimplência, ou a sua continuidade por longos períodos com ofensa dos princípios de economicidade e houve a celebração de um termo aditivo em relação ao contrato já instinto. O senhor tem ciência, dessa irregularidade o senhor tem alguma explicação em relação a elas?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tenho. Excelência, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que não foram várias multas isso não são vários eventos. Esses itens todos fazem parte de apenas uma auditoria. Apenas uma auditoria do TCU.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas uma auditoria, mas diferentes contratos.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Diferentes assuntos. Isso foi ainda em 98, e quando saiu o resultado dessa decisão saiu essa decisão, eu já me encontrava no Rio de Janeiro. Portanto com dificuldade de oferecer detalhadamente as respostas que o Tribunal de Contas da União precisava ter que eu tinha obrigação de dar. Bom essas respostas foram então elaboradas por pessoas que estavam lá na Diretoria Regional, que faziam parte da minha equipe anterior. Me lembro bem que inclusive que doutor José Maria que era meu adjunto que estava lá era de alguma forma participante também dessas ações porque o diretor regional não assina só, ele eventualmente como eu já disse aqui o adjunto, ele pode tomar decisões. Algumas dessas decisões pode não ter sido, não foram de fato adotadas por mim mas eu arcava com a responsabilidade. E aí quando saiu o resultado dessa auditoria com aplicação foi por causa desses itens diversos aí mencionados é que eu queria destacar, são sempre itens de, não são contratações fabulosas são contratos de pequena monta, emergência. Enfim dificuldade do dia-a-dia de uma Diretoria Regional que envolve a distribuição de correspondência etc. Então, eu considero esse resultado o tribunal que estava me aplicando à multa de dez mil reais,

pelo cometimento dessas falhas. Bom eu acho que é importante destacar e V.Exa. sabe disso que o Tribunal de Contas da União tem por hierarquia de punições advertência, orientação alguma coisa parecida, eu não domino exatamente as especificações, multa, tomada de conta especial e me parece que tem um outro grau quer dizer, vai agravando. Quem recebe uma multa é porque a situação efetivamente não é a mais grave, não é uma situação terrível. Bom, ao receber já lá na administração do Rio de Janeiro essa manifestação. Essa decisão do TCU eu percebi o seguinte o senhor Hassan Gebrim, mais uma vez, pegou essa decisão não é a primeira pessoa multada no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS eu acho que poucos administradores deixaram de ter alguma observação na sua administração porque o dia-a-dia da máquina pública ela não é tão perfeita tão preciso como a legislação prevê. Isso aí para quem administra especialmente quem administra lá na Amazônia sabe muito bem que é assim. Bom eu então fiquei surpreso porque havia sido dada à resposta não é. E a resposta que foi oferecida ao TCU eu achava que respondia efetivamente a todas essas questões. Não tendo respondido. Eu fui então me deter em detalhe às respostas. O TCU tinha total razão na sua decisão inicial porque as respostas que tinham sido dadas eram respostas até certo ponto de alguma maneira não iam na profundidade do assunto e eu vou ter oportunidade de demonstrar isso aqui. Eu então recorri, é fiz um...Em primeiro lugar quero dizer o seguinte que a primeira decisão Excelência a primeira decisão relativa a esse processo. Ela foi uma decisão foi um voto do Ministro Bento Bugarin, e o Ministro Bento Bugarin decidia da seguinte maneira, apresentava...O Ministro Bento Bugarin apresentou como Relator o seguinte voto. Apresentou um voto dizendo o seguinte: "Propôs tão somente recomendações e determinações com vistas a corrigir e prevenir as irregularidades e falhas identificadas porque ele as teve como não tinha essa gravidade". Eu tenho o acórdão eu poderia ler se fosse do desejo posso lhe oferecer. O senhor deve ter conhecimento inclusive. E essas determinações essas propostas do ministro Bento Bugarin foram acolhidas por unanimidade do plenário. Então a primeira rodada, a primeira avaliação foi completamente favorável. Ela não me puniu em nada. Porque eram falhas formais, inclusive são esses termos o que Ministro usa não tinham a gravidade que estava sendo demonstrada ali. Acontece o seguinte que o Ministro Walter Alencar, apresentou um voto divergente após, propondo além das recomendações aplicação da tal multa não é, sendo acatado pelo plenário numa votação que teve quatro votos a favor e três contra. Então eu apenas eu tenho que fazer a minha defesa, pelo menos três Ministros concordavam com o Ministro Bento Bugarin. Então os outros quatro Ministros não concordaram, a maioria não concordou, mas pelo menos três e mais o Ministro Bugarin concordavam comigo de qualquer maneira demonstra que a situação não era exatamente como pode parecer. Eu então, não conformado com essa decisão e usando do direito que tive que tenho, e que todos temos de defesa. Eu impetrei um pedido de reexame. O julgamento desse recurso resultou numa decisão unânime do plenário do TCU que deu provimento parcial unanimemente ou seja, elidiu diversos dos itens pelos quais naquele voto de revisão eu tinha sido punido. O que demonstra que efetivamente data vênia todo o respeito às decisões do TCU que merece, mas efetivamente por não ter sido oferecidas às respostas como eu disse adequadas o TCU não teve condições de decidir diferente. Acontece o seguinte que nessa primeira rodada do meu recurso foram elididos itens e aí o senhor sabe que essa multa ela é profissional. Foram elididos cerca de 30%. Então a multa caiu para sete. A preocupação não era tanto com a despesa que já é por si só uma dificuldade para o funcionário. Mas a preocupação era com o cometimento das falhas que efetivamente não tinham sido cometidas pelo menos, voluntariamente. Entrei então com o chamado embargo de declaração. O julgamento desse recurso ocorrido em 24/09/2003, resultou em decisão unânime do plenário do TCU que admitiu em parte os embargos de declaração dando-lhes efeito modificativo alterando em consequência a redação dos itens correspondentes. Novamente esse resultado correspondeu ao acatamento parcial dos argumentos deste empregado com a redução do último valor que era de sete mil em aproximadamente mais 30% está certo. Bom caiu à multa para cinco. Mas eu estou preocupado com os itens que de fato estavam sendo elididos. E aí eu ainda assim estava insatisfeito. Por quê? Dos itens que restavam alguns tinham a seguinte característica. Nós tínhamos um contrato com o DETRAN. Eu mencionei ainda há pouco que é um a um dos projetos bem sucedidos da DR do Pará que começou entre o Pará e o Rio Grande do Sul e depois se transformou num projeto

extremamente positivo do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS que facilita a vida dos cidadãos. Esse contrato o que é? Os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS utilizando a base de dados dos DETRANS emite as multas, entrega as multas emite os documentos, etc. O senhor sabe provavelmente que essa base de dado é uma base de dado do DETRAN e ele não abre mão para ninguém. Está certo. E os DETRANS no caso do Pará tem uma empresa chamado PRODEPA que é a empresa estatal de informática. É uma secretaria vamos dizer assim está certo, que presta todo, como se fosse a DATAPREV, está certo. E um dos itens pelos quais eu fui punido, eu fui multado é que dizia o seguinte, que por inexigibilidade de licitação foi contratada a firma PRODEPA está certo, para serviços de informática e nós efetivamente não esclarecemos que PRODEPA não é uma firma é uma empresa estatal e este contrato não poderia ser licitado porque na verdade, esse cadastro é um cadastro que tem exclusividade da PRODEPA. Então, e há também a questão do escritório de advocacia que foi mencionada aí, e também tem um outro item relacionado a serviços de engenharia como se fosse serviços comuns. Começar pelo último. Este último ele é um item controverso. Quer dizer o TCU não achou e ainda hoje tenho que acatar obrigatoriamente a decisão do TCU. Mas discordo. E apresentamos... Como não havia mais os recursos tinham sido esgotados eu não tinha mais como recorrer. Mas a questão é, os serviços que estavam se fazendo nos prédios, nas agências dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS nos interiores etc, eles não eram tidos. Não eram identificados como serviços de engenharia, mas sim serviços comuns e a gente sabe que o valor de dispensa para serviços de engenharia é diferente de serviço comum. Então isto foi registrado como se fosse uma tentativa de fugir do processo licitatório de sete oitenta e oito mil reais que não era exatamente o caso. Não havia nenhuma razão para que isso fosse feito na verdade, essas efetivamente necessidades correm com uma certa urgência, fruto de uma certa falta de planejamento, planejamento que depende de um orçamento nacional. Enfim são dificuldades que o dia-a-dia impõe. Mas de acordo com o documento do CREA estadual aqueles serviços se caracterizam como serviços de engenharia sim. O Tribunal de Contas que é o que tem o poder de decidir não concordou com isso. Em relação ao escritório de advocacia, o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tinha naquele período noventa, eu não me lembro exatamente, noventa e sete, noventa e oito uma situação muito crítica do ponto de vista sindical. Havia uma guerra efetivamente estabelecida. Os carteiros insatisfeitos, brigando etc, e o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS saiu demitindo muita gente. Muita gente foi demitida. São Paulo inclusive que V.Exa. eu conheço o seu trabalho atuando lá em São Paulo sabe muito bem como é que se passava isso. Efetivamente saíram decisões, como a decisão da lei Paulo Rocha, e etc. O Pará foi pioneiro na implantação da lei Paulo Rocha sob a minha coordenação que eu achava justa e era uma lei. O que acontece? Nós tivemos de repente demandas, assim tipo quinhentas e tantas ações de uma hora para outra. Ora a assessoria jurídica do Pará eram dois advogados. Nós tínhamos que contratar um escritório. Ao contratar esse escritório nós o fizemos com a emergência que precisava inclusive, com a concordância do Departamento Nacional Jurídico dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A decisão dizendo o contrato é essa maneira foi do Departamento Jurídico. Então efetivamente as conclusões do TCU eu fui obrigado a acatá-las mas por não ter oferecido talvez, esses detalhes em tempo porque estava envolvido com a diretoria do Rio de Janeiro e as pessoas que ofereceram esse material em resposta para minha assinatura talvez não tenham atentado para tudo isso e eu acabei recebendo esta multa. Apenas multa e só uma multa que veio sendo elidida de dez mil reais que eram setenta e tantos itens, chegamos ao final com cinco itens ou quatro ou cinco itens que ficaram aí. Então eu queria dizer o seguinte encerrando essa parte da minha parte, pelo menos para dizer o seguinte. Eu não fiz contratações de milhões e milhões com dispensa de licitação. Eu não mal versei o dinheiro público. Houve falhas processuais e na verdade uma principal falha foi uma resposta inadequada ao TCU que acabou não me permitindo fazer o recurso de revisão que eu queria fazer. E fiz ao TCU mas ele não recebeu. Ele não foi conhecido. Eu recebi a resposta do TCU dizendo que ele não podia ser não era conhecido porque já estava fora do prazo. Eu não me conformei. Eu não me conformei. Eu tive que aceitar. Mas não me conformei. Estou pagando essa multa em vinte e quatro prestações que eu solicitei ao TCU.

DOC-2005 - CN -	
CORREIOS	
Fls. Nº	32
Doc:	32556

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. O senhor chegou a ser filiado a algum partido político?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Cheguei.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual partido político?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu me filiei ao PTB inclusive, a relação que eu tinha com o Senador Passarinho. Apenas uma..Sabe que quem está trabalhando num determinado grupo o sujeito pergunta: "Mas porque você não está aqui?" Não o Senador Passarinho tenha me perguntado isso. Mas os correligionários. Porque você se filia? Você tem que se filiar. Você não está apoiando o partido que te apóia. Eu me filiei. E o Jefferson Peres Deputado Jefferson Peres meu amigo, homologou a minha ficha e tal. Depois eu saí. Nunca tive nenhuma atuação política de fato. Embora tivesse uma relação muito boa com os políticos. E depois que eu voltei para o Estado do Pará vindo do Rio de Janeiro, depois que eu voltei, eu me filiei ao PTB. Depois que eu voltei. Achei que o PTB tinha uma proposta interessante--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é filiado até hoje ao PTB?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sou filiado ao PTB.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor ocupou algum cargo de direção partidária tanto no PPB quanto no PTB?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas com certeza apoiou candidaturas acredito eu, a candidatos proporcionais ou majoritários. Que candidaturas o senhor apoiou?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Apoio moral. Só apoio moral. Aquele, "olha, o Deputado é um bom Deputado. O Deputado Jefferson Peres é um grande Deputado". "Senador Passarinho foi candidato a Governador".

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apoiou o então Deputado Jefferson Peres.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Gérson Peres. Jefferson é o senador. Deputado Gerson Peres. Teve oito mandatos aqui. Deve estar voltando agora.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gerson Peres. Quem mais moralmente falando?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Senador Passarinho que foi candidato a Governador. Ele não foi eleito. Acho que meu voto não ajudou muito.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Deputado Roberto Jefferson?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, Deputado Roberto Jefferson é do Rio de Janeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O Deputado Roberto Jefferson fez uma colocação aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, e ontem eu via que ele reproduzia essa colocação nas redes de televisão numa entrevista que ele fazia ontem. Ele disse que sempre que se indica, um político indica alguém para um cargo de confiança, ele tem por objetivo conseguir uma alavancagem de recursos eleitorais. Falou isso com uma regra geral. No caso de Vossa Senhoria, ele de certa forma embora, num primeiro momento, pelo que Vossa Senhoria descreve, foi o próprio Presidente Hassan Gebrim que queria que o senhor fosse ocupar o cargo, mas ele endossou a sua ida. Em algum momento o Deputado Roberto Jefferson lhe pediu uma colaboração financeira? Porque é uma lógica que ele trabalha e coloca de uma maneira generalizada para todos incluindo-se, inclusive. Me recordo que quando ele depôs na CPI, eu perguntei a ele se as indicações que ele havia feito aos CORREIOS

BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tinha essa lógica. E ele disse que sim. No seu caso, ele lhe pediu alguma coisa?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Deputado, já que o senhor Deputado Roberto Jefferson afirmou isso eu não gostaria de interferir na afirmação dele. Mas eu acho então, que ele não teve tempo para me pedir, porque a minha passagem foi muito rápida pela DR do Rio de Janeiro. Efetivamente, o Deputado Roberto Jefferson nenhum momento me telefonou, me visitou na DR do Rio de Janeiro. Eu o visitei em duas oportunidades. Uma para dizer que ia pedir para sair e a outra para me despedir dele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois que o senhor foi desligado dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Confirma isso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu estava de licença e o Gebrim não tendo, querendo criar situações ele fez, então, uma dispensa minha sem justa causa. De novo destaco sem justa causa. Não tinha irregularidade impropriedade. Sem justa causa. Eu estava de licença médica e fui à Justiça pedindo minha reintegração. Eu fui reintegrado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que atividade o senhor exerceu depois disso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu estava de licença médica, estava me tratando.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi em que período?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Olha, eu tenho aqui inclusive o período, para não errar.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi reintegrado em 4 de fevereiro de 2003. Aí o senhor ficou de licença médica até quando?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Em maio de...Na verdade a licença médica, ela aconteceu na de outubro de 2001.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Outubro de 2001?!

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É. Mais ou menos, não tenho certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi demitido sem justa causa em 8 de outubro de 2001.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu já estava de licença. Foi até maio de 2003, aproximadamente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Até maio de 2003. O senhor tem aí esse documento? O senhor tem documentação do fim da sua licença? Da data de encerramento da licença? 2003. O senhor saberia dizer onde está o final da sua licença aqui? Porque realmente...Pois não. A data de encerramento o senhor tem aqui. Ah, aqui...Essa data habilitada auxílio doença...Marcada para a data...A data 20/05/2003. Foi aí que encerrou? Aí que encerrou. E aí o que aconteceu? O senhor foi trabalhar aonde?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Quando eu retornei aos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, eu retornei para o quadro, quando a Justiça determinou o meu retorno, inclusive tem aí conclusão da Justiça.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu ainda estava de licença. Terminada a licença, como o ambiente não era favorável no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, eu achava que realmente não havia nenhuma conveniência de retornar aos quadros da ECT. Eu procurei o Deputado Roberto Jefferson, procurei outros representantes do PTB lá no Pará e pedi que me apoiassem numa transferência, numa sessão.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu vim a ser cedido para a liderança do PTB.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É aqui que nós temos um problema. Que é o seguinte: A sua licença encerrou, consta, no dia 20 de maio de 2003. No entanto, nós temos aqui a sua sessão em março de 2003 para ficar à disposição da liderança do PTB. O senhor estava de licença até maio? Por que o senhor foi cedido durante o período de licença para exercer um cargo de confiança?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu desejava na verdade, desejava tão logo cessasse a minha licença.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi antes. O senhor passou a exercer cargo em Comissão natureza especial de assessor técnico adjunto C.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pois é. Mas só me apresentei depois que terminou, Excelência.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor foi nomeado no período de licença?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não é que cheguei a ser nomeado. Fui autorizado--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Consta que o senhor foi nomeado. Temos que checar isso. O senhor foi cedido em 17 de março de 2003 para a Câmara dos Deputados. Eu tenho aqui a situação. E o senhor foi cedido pelos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS concordou. O senhor se apresenta à Câmara de fato 21 de maio de 2003. O senhor é cedido...É estranho. Me desculpe dizer isso. Vossa Senhoria ter se apresentado 21 de maio de 2003, alguém ser cedido durante o período de licença?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, posso fornecer informações?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

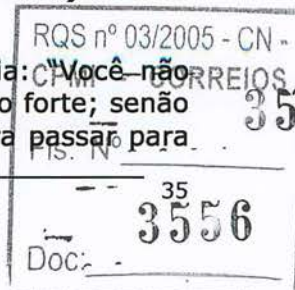
SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu disponho aqui do ofício nº. 242 da Presidência da ECT, de 22 de abril de 2003, assinado pelo senhor então Presidente Ailton Langaro Dipp, foi a quem foi feito o pleito, informando ao chefe do gabinete da Presidência da Câmara Dr. José Humberto Almeida, que o Ministro das Comunicações havia concordado. Eu volto a lhe dizer o seguinte: Eu tratei de procurar uma saída, assim, para não ficar me expondo dentro dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, de procurar um local que eu pudesse oferecer o meu serviço, pelo menos enquanto essa crise toda passava não me encontrava ainda realmente em total condição de saúde. Eu procurei, então, antes que terminasse a licença médica. Porque senão eu teria que me apresentar aos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, eu não sabia que tipo de atitude se poderia tomar.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dois meses antes?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu...Quem vai cedo chega antes. Então eu procurei me precaver. Está certo? Essa conciliação de prazos, o senhor sabe que depende também da posição do médico. Eu tenho aqui por exemplo, ainda em outubro, em outubro de 2003, o meu médico ainda me dava um atestado dizendo da minha dificuldade, de...Eu tive uma crise muito forte com essa agressão. Então o médico recomendava uma cautela.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eram problemas depressivos, é isso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Exatamente. O médico dizia: "Você não deve voltar para um local onde você vai ser submetido a um estresse muito forte; senão você vai ter recaída". Então, aqui eu tenho documentos que eu queria para passar para



V.Exa. que demonstram essa resposta do Presidente ao Secretário da Câmara, como tem também o documento do Presidente, do Presidente ao Ministério das Comunicações. E tem também o documento do Secretário Executivo dos Ministérios das Comunicações informando ao Presidente. Então essa sessão, ela só se configurou depois que terminou o meu afastamento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor passou a ganhar, então, pela Câmara dos Deputados?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, senhor, aí que foi o problema.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pago pelos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Na verdade, eu não continuei trabalhando na Câmara, porque eu comecei a atuar lá na liderança do PTB e havia muita dificuldade, porque a Câmara não aceitava o pagamento arcar com a despesa, o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tinha que, sem ônus, e o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS não queria aceitar, mais uma vez eu tive uma dificuldade. Então, passei alguns meses nessa situação. Até retornar para o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor recebeu de quem nesse período?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que atividade o senhor exercia efetivamente na liderança do PTB?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não exerci muita coisa. Na verdade, fiquei ali meio sem ter muito o que fazer. A verdade é essa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não chegou a exercer nenhuma função?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Nenhuma função. Na verdade, não exerci a função de assessor, consultor. Fiquei dando um suporte, apoio, para uma coisa, outra, mas sem nenhuma específica.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Saberá dizer situações que deu suporte especificamente?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Na verdade eu me encontrava numa situação de saúde abalada. Não me cobraram muita coisa, até por compreensão, porque afinal de contas eu acabei entrando nesse turbilhão por conta dessa relação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois disso, então o senhor voltou para os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Voltei.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que função exerceu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Função nenhuma. Estava marcado para ter função nenhuma. Fui lotado na gerência comercial da diretoria do Pará, também não fiz questão de...No CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, quando se fala "exercer função", é ser designado para uma função de confiança. Eu estava dando um assessoramento informal a um gerente comercial e fiquei lá por um bom tempo até ser cedido para a Prefeitura de Belém a meu pedido.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi para Belém?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Olha, eu pedi ao Prefeito, me ofereci, eu tinha um relacionamento com o Prefeito.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem é o Prefeito?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O prefeito é o Dulcemar Costa, ex-senador do PTB, Dulcemar Costa, que é o atual prefeito. Ele me conhecendo falou, perguntou se eu tinha disposição de trabalhar na Prefeitura se eu tinha interesse. Eu disse que sim, então ele me convidou, estou exercendo a função de Secretário de Turismo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Você é Secretário de Turismo? Foi indicação do Deputado Roberto Jefferson?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Olha, eu imagino que o Deputado Jefferson deva ter dado certamente o seu aval afinal de contas ele me conhece também, é amigo do Dulcemar, esteve lá várias vezes durante a campanha.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu me recordo que uma pessoa vinculada ao Deputado Roberto Jefferson tinha algum tipo de trabalho na Prefeitura de Belém.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O filho dele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que área que ele trabalha?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Trabalha comigo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é o cargo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ele é o adjunto. É o vice.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É o seu vice. Então quer dizer, o seu vice. Quem o convidou para o cargo? Foi o senhor?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Como?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Acredito que a relação do Roberto Jefferson, não saberia sinceramente lhe dizer. Como ele é filho de uma pessoa que eu me relaciono bem. E essa pessoa também tem relação lá com o Prefeito, com o Deputado Roberto Jefferson. E chegamos todos juntos: "Olha, quem vai estar aqui são vocês dois"; "ótimo, para mim está bem".

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que relações você tem com a empresa municipal BELEMTUR?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É a Secretaria de Turismo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A BELEMTUR não é uma empresa?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ela era empresa e foi transformada em Coordenadoria de Turismo, mas mantendo o mesmo nome de BELEMTUR.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é um órgão da Administração Direta?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é uma empresa?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, não.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo. É o senhor que dirige a BELEMTUR?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sou eu.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me recordo também que foi ouvido aqui na CPI, foram ouvidas pessoas relacionadas a um contrato

da Fundação Getúlio Vargas, que estava sendo feito com a Prefeitura de Belém. O senhor tem ciência desse tipo de situação?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não tenho conhecimento. Eu não entrei na Prefeitura junto com o início do mandato do Prefeito.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu entrei em maio, 15 de maio. Então não tive contato.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quantas vezes o senhor, o Maurício Marinho foi subordinado ao senhor? Vamos agora então localizar temporalmente.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Como eu lhe disse, o Marinho ele foi para o Pará lá por volta de 81, por aí. Veio do Mato Grosso do Sul, e--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Recordando, quem o levou para lá foi?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Wilson Correia. Diretor Regional.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 81.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Lembrando que eu era chefe de sessão. Fui eu que chamei ele para lá.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já o tinha conhecido na Universidade do Rio de Janeiro? Na PUC.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Na PUC. Sim. Então ele foi para lá em 81 e começamos a trabalhar, tantos outros gerentes, trabalhamos lá. Depois o Maurício Marinho pediu transferência, não me lembro bem se foi Mato Grosso do Sul de volta, e passou lá uma grande temporada.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nessa época de 81 ele era seu subordinado?. Não foi? A sua função era?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu era chefe de sessão.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ele chegou lá como vice-diretor, adjunto.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor era subordinado dele?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Em tese sim. Na verdade ele não era diretor, ele era informal, na verdade ele não exercia liderança sobre a minha pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito. Depois se encontraram em que outros momentos da vida funcional?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Maurício Marinho foi, não me lembro a sequência de eventos da vida dele, mas quando eu assumiu a diretoria do Pará em 91, a diretoria, como eu já disse, está demonstrada no meu relatório ela enfrentava resultados muito ruins. E um dos graves problemas que ainda hoje se tem lá na região é que nós temos insuficiência de quadros técnicos. Aliás, a região como um todo tem essa dificuldade. Tanto é que sempre foram pessoas de outros Estados para lá. Claro que temos bons técnicos hoje e tal. E aí o Maurício Marinho tinha saído da ECT, e disse naquela época, chegou lá dizendo que tinha entrado com uma sessão que queria retornar ao CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Eu não conhecia as condições da saída dele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso foi em que ano?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Esse retorno dele deve ter sido de 91 para frente. Eu era, fui Diretor em 91.

RQS nº 03/2005 - CN
de 91 para
38
Fis. Nº 38
3556
Dcc:

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor era Diretor lá no Pará?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Perfeitamente. Diretor no Pará. Aí ele teria entrado com uma ação junto ao Tribunal do Trabalho pleiteando o retorno dele aos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Ora, eu o conhecia como bom técnico, um técnico do melhor valor. Com necessidade do pessoal, eu disse "Olha, aqui dou aqui parecer favorável. Se a empresa concordar com o retorno, e se houver razões jurídicas que permitam, sem nenhum problema, porque eu tenho todo o interesse em formar um bom quadro técnico aqui".

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou ler...A Senadora Ideli Salvatti, durante o depoimento do senhor Roberto Jefferson na Comissão Parlamentar de Inquérito, leu uma correspondência que falava do senhor Maurício Marinho. Eu vou ler a correspondência para o senhor me comentar. Foi lido pela Ideli Salvatti naquela oportunidade. "Como gerentes de serviços gerais do Pará, acabou se envolvendo em irregularidades administrativas com mau versação do dinheiro público, ao ser flagrado em 1984 utilizando uma equipe de empregados dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, subordinados seus da área de engenharia, manutenção predial, efetuando serviços de reforma na sua residência". Isso ocorreu?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Essa afirmação, quem teria feito isso?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma correspondência lida pela senadora Ideli Salvatti durante depoimento do senhor Roberto Jefferson aqui na CPI.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Quem teria feito isso?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tenho o nome.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Essas acusações são feitas contra quem?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ao senhor Maurício Marinho. Que ele teria, em 1984, utilizado uma equipe de empregados dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS que eram seus subordinados na área de engenharia, manutenção predial, efetuando serviço de reforma na sua residência. O senhor soube disso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu tomei conhecimento dessa história quando foi aqui mencionada na CPI. Eu acho que isso aí é maledicência. Não tenho conhecimento. Nunca soube.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nunca sobe desse fato que ele teria sido flagrado nessa questão?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não tomei conhecimento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Consta também que foi encontrado na sua residência na mesma ocasião aparelho de ar condicionado da Empresa de CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, contendo a placa que o identificava como patrimônio da empresa. O senhor soube disso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Na residência do senhor Maurício Marinho? Não tomei conhecimento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em vista de evitar situações ainda piores, rapidamente pediu demissão, desligando-se em 30 de dezembro de 1984 ou seja, ele pediu demissão exatamente por causa disso. O senhor tinha ciência desse fato?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não tenho conhecimento disso. Veja só, o Maurício Marinho, eu queria recordar aqui o seguinte: Ele era uma pessoa que exercia um papel diferente junto ao Diretor Regional, está certo? Eu era gerente de operações, cuidava dos carteiros. E, inclusive, funciona em prédios muito distantes um do outro.

Então a gente sempre ouve fofoca. O CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS é uma empresa muito grande, lá no Pará, temos dois mil e tantos funcionários. Então sempre alguém achando ruim, alguma coisa de alguém.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor não soube desses fatos?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ouvi falar de confusão.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor ouviu falar sobre isso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não me lembro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Prossegue a carta. "Passados mais de oito anos fora da ECT, acabou retornando aos quadros da empresa via acordo judicial, promovido pelo então diretor regional do Pará, Waldemir Freire, ligado ao PTB". O senhor que fez esse acordo para ele retornar?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que termos?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi o que eu lhe disse ainda há pouco. O Maurício Marinho e outras pessoas, não foi o único. E não foi também só no Pará, em vários outros lugares do Brasil pessoas saíram dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e retornaram, quer dizer, eu--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas é que há um problema, porque as pessoas são dispensadas, mas têm que voltar por via de concurso público. E ainda mais ele pediu demissão. No caso, foi aceita a volta dele, foi por um acordo judicial?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Veja bem, ele entrou uma ação na Justiça--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ação pleiteava o quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O retorno.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se ele havia pedido demissão?.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Bom, ele ofereceu as alegações. Isso foi submetido à área jurídica nacional do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano foi isso?

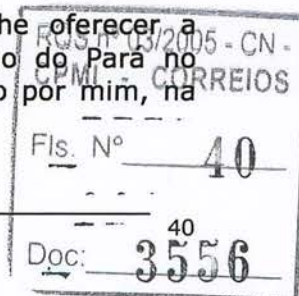
SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Deixa eu pegar exatamente a data. O pleito aqui é fevereiro de 93.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, já está em vigor a Constituição de 88. Ele não poderia ter voltado sem concurso público.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ainda não fazia concurso. O CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS muito depois da Constituição--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Totalmente inconstitucional.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pois é. Eu queria até lhe oferecer a informação, dizendo o seguinte: O primeiro concurso público no Estado do Pará no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS foi feito por mim, na minha gestão em 92.



SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Antes disso, a contratação era sem concurso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A contratação era sem concurso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É inacreditável. Que desde 88, pelo menos, antes já havia o princípio do concurso público, mas de 88, vamos pegar uma data-limite, está colocado na Constituição claramente que a administração direta e indireta tem que fazer concurso público. Portanto, o que me chama atenção, é que se ele pediu demissão, existe uma figura chamada readmissão, que as pessoas podiam voltar etc. Mas depois de 88 isso ficou bastante questionável. Agora, uma pessoa que pede demissão pede demissão, entra com uma ação na justiça para voltar. E aí há um acordo judicial para ele voltar?. **O senhor tem cópia?**

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: **Está aqui.** Não só o Maurício Marinho. Várias pessoas no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É estranho. Juridicamente eu acho isso extremamente....

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Esse é o documento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Constatando uma coisa aqui que eu gostaria de perguntar, que está me chamando à atenção. Essa **petição inicial** ela é apresentada pelo senhor Maurício Marinho Elizabete, algumas pessoas. E ela é feita por um escritório de advocacia? Escritório...

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: **Barra Brito.**

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Barra Brito. Que é o mesmo escritório que depois o senhor contratou que deu problemas com o Tribunal de Contas.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: **Ele já era contratado.**

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E ele jogou Maurício Marinho contra os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS? Por favor, eu não entendi. Aqui está, escritório Barra Brito, Maurício Marinho e Elizabete Rodrigues Mardim(F) CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, vem nos autos dos processos (?) Advogados...A reclamante reivindicará aos reclamantes a partir de 3 de janeiro 2003...Seu reclamante Maurício Marinho readmitido no cargo de Administrador Postal. Os reclamantes por sua vez...Foi esse escritório que fez o acordo com o Maurício Marinho para retornar.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: **Representando a ECT. O escritório representava a ECT.**

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas então quem é o advogado dele? É um tal de senhor **Sarmano(F)**. Ele representava a ECT.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Barra Brito como contratado da ECT, porque nós não tínhamos quadros suficientes. Todas as Diretorias Regionais, inclusive aqui em Brasília tem sempre um escritório de apoio. Então algumas questões, de acordo com a situação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): **Ora, o senhor me desculpa. O senhor orientou pessoalmente esse acordo?**

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: **Orientação não.**

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): **Quem deu orientação para fazer esse acordo?**

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: **A área jurídica dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS é nacional, ela tem uma orientação nacional.**

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O escritório de advocacia é aquele que o senhor contratou e que deu problema com o Tribunal de

Contas. Agora, o que eu estou achando estranho é quem deu orientação para fazer este acordo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A área jurídica, Excelência. A área jurídica dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, ela é íntegra e geral.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem deu, foi a nacional?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A nacional.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor tem um processo que demonstra isso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O processo está nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Eu tenho essa parte aí.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui. A assessoria me lembra o seguinte: Que o TCU recorda falha verificada em relação ao escritório Barra Brito, na sua gestão, foi elevação injustificada dos valores pagos mensalmente pela prestação de serviços advocatícios. E é esse mesmo escritório que faz o acordo com o senhor Maurício Marinho.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu posso oferecer uma informação?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não. Eu agradeceria.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu sei perfeitamente. Eu já disse aqui. O TCU tem um posicionamento que é um posicionamento que a Diretoria Regional. Eu, como responsável pela Diretoria Regional, contra argumentei a decisão do TCU. A própria Administração Central, através da consultoria jurídica nacional, tem um posicionamento, teve um posicionamento também contrário. O que acontece? O Barra Brito, ele administrava, eu posso oferecer também a nossa argumentação específica. Então, veja bem, ele administrava um conjunto de dez ações por mês. De repente, num espaço de dois meses, nós tivemos 504 ações, salvo engano. Então, era uma quantidade de ações tamanha que não podia ser suportada por aquele contrato que correspondia a dez ações por mês. É essa que é a questão, entendeu. Então o TCU tem esse posicionamento de que foi uma, uma elevação indevida. Nós achamos que não foi indevida. O TCU acha que foi indevida porque todas as ações tiveram o mesmo resultado, que era um resultado único. Essas ações ocorriam em Altamira, em Santarém, em Itaituba, em vários lugares que estão a uma distância de 1500 quilômetros de Belém, transporte fluvial, transporte em estradas precárias. Então, ele usou uma quantidade muito maior de advogados. Então, esta elevação e com todo o respeito à decisão do TCU. A gente teve que acatar. Mas eu continuo achando que a elevação, ela foi adequada. E ela foi adequada segundo uma avaliação inclusive da Consultoria Jurídica do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Porque eu questionei a Consultoria Jurídica. A gente faz um novo contrato, ou simplesmente faz um aditamento ao contrato? A orientação da Consultoria Jurídica aqui da Administração Central foi de que se fizesse um aditamento. Ora, nós não perdemos nenhuma ação dessa, Excelência. Todas as ações foram ganhas. Então, há uma questão técnica aí que...

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, deixa eu entender. Por que a carta que a senadora Ideli Salvatti leu...Quer dizer na época, o senhor não conhecia então essas irregularidades envolvendo o senhor Maurício Marinho? O negócio ar condicionado, que ele estava usando funcionários para fazer sua casa.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não é da minha competência.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não é da sua competência. O senhor Maurício Marinho estava indisposto lá à época com alguma coisa? Por que ele pediu demissão?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Maurício Marinho dizia para nós que ele se encontrava insatisfeito com a situação dele nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE

CORREIOS E TELÉGRAFOS. Ele achava que ele poderia exercer papéis mais importantes. Ele achava o que salário era insuficiente e que se ele não alcançasse um posicionamento melhor, ele estava fora da terra dele, que é Mato Grosso do Sul, ele preferia trabalhar com a iniciativa privada, onde ele já tinha propostas, projetos, alguma coisa assim. Essa é a informação que o Maurício Marinho falava.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele falava isso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não sei exatamente qual era o motivo dele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele chegou a trabalhar em Campo Grande, o Maurício Marinho? Não me lembro. Agora fugiu um pouco.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: No CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim, trabalhou.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que época?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Quando ele foi para Belém ele saiu de Campo Grande, se não me engano.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É na época ele dizia que saiu do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS porque o salário era baixo.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É o que ele dizia.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor veja que ele mentiu em juízo. E o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS fez o acordo em um processo que ele mentiu. Olha a história que ele conta na petição inicial dessa ação que os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS fizeram um acordo, através do escritório que nós estamos vendendo. "Decorrida aproximadamente dois anos da transferência da Diretoria Regional do Mato Grosso para a Diretoria Regional do Pará por necessidade de serviço e de efetivo trabalho desenvolvido em diversas áreas, ocorreu a transferência do então Diretor Regional, Wilson Correia, para a DR do Paraná".

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Pará.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pará. Aqui está errado. "A partir do fato anteriormente exposto, o reclamante efetuou diversas tentativas no sentido que fosse liberada a sua transferência à Diretoria Regional de origem, com sede na cidade de Campo Grande. Porém, por necessidade de serviços, o reclamante permaneceu na DR de Pará até dezembro de 84. Face a problemas familiares, aliados a impossibilidade da transferência, apesar das substituições corridas a nível de diretoria, não restou alternativa ao reclamante na época senão a rescisão do contrato de trabalho". Então o senhor Maurício Marinho mentiu.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O senhor me permite uma consideração? Eu não tenho lembro dos fatos do Marinho, mas esse era um fato também...O CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS não facilitava a transferência de ninguém.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não. Mas, veja, o senhor falou que ele dizia que tinha saído porque o salário era baixo etc. Na verdade, ele para conseguir voltar inventou uma história. Que, aliás, não tem o menor fundamento jurídico. Se ele pediu demissão, pediu porque quis, ele não tem que voltar. O que é espantoso, porque, veja, eu vou agora lhe falar um pouco como advogado. Se ele faz um pedido administrativo dessa ordem e se defere, eu lhe garanto que a situação é de burla ao concurso público, lesividade ao patrimônio público. Então, o que se usou

aqui aparentemente foi um subterfúgio. Ele entrou com uma ação com os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e curiosamente o advogado, sem nenhuma base jurídica, fez um acordo para que ele fosse reintegrado, quando ele não tinha nenhuma razão na reintegração. E por ser um acordo judicial, consta formalmente, ninguém questionou. Isso é um expediente que infelizmente se usa para burlar o princípio do concurso público em certas situações. Ou seja, um funcionário que estava sendo acusado pede demissão, volta depois com um acordo, e um escritório de advocacia orientado por alguém, faz um acordo que evidentemente é inaceitável do ponto de vista jurídico e isso encobre uma reintegração indevida aos quadros. Pela sua própria narrativa, a razão que ele alegou para sair não é esta que ele narra na petição inicial. Que papel o senhor Salmeron teve nessa orientação da volta dele?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não tenho lembrança de que papel o Salmeron teria dito, porque efetivamente eu não tenho certeza mas, eu acho, o Salmeron na época era vice-presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era vice-presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: E essa atividade, ela não é uma atividade cometida à vice-presidência nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A situação de pessoal é da Diretoria de Recursos Humanos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou continuar lendo a carta, aquela que eu lia, a senadora Ideli Salvatti leu. Vamos lá. "Com gerente no Pará, acabou se envolvendo em irregularidades administrativas, com mau versação de dinheiro público, ao ser flagrado em 1984 utilizando uma equipe de empregados dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, subordinados seus da área de engenharia, manutenção predial, efetuando serviços de reforma na sua residência. Consta também que foi encontrada na sua residência na ocasião aparelho de ar condicionado da Empresa de CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, contendo placa que o identifica como patrimônio da empresa. Em vista disso, para evitar situações ainda piores, rapidamente pediu demissão, desligando-se em 30 de dezembro de 1984. Passados mais de oito anos fora da ECT, acabou retornando aos quadros da empresa via acordo judicial - esse que nós vimos - promovido pelo então Diretor Regional do Pará, Waldemir Freire, ligado ao PTB. Graças à sua vinculação pessoal e política a Roberto Garcia Salmeron, que naquela oportunidade ocupava o cargo de vice-presidente da ECT. A vice-presidência, órgão que desde 1997 deixou de existir na ECT, era responsável pela Coordenação Administrativa na Diretorias Regionais da empresa". Confere?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim, sim.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No microfone.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim. As DRs. eram subordinadas administrativamente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logo, o senhor Salmeron, o vice-presidente era o chefe imediato do senhor Waldemir. Ele era o seu chefe?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É verdade.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que influência o senhor Salmeron teve na orientação que o senhor deu para fazer esse acordo? O escritório de advocacia não faria esse acordo sem a sua orientação.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, do que foi dito aí, foi feito um registro de que eu, ligado ao PTB. Eu lá nessa época não tinha nenhuma ligação ao PTB. Nem com nenhum partido.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi depois que você se ligou ao PTB?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Exatamente. Essa era a observação que eu queria fazer. E o senhor perguntou sobre a influência--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, ou o escritório de advocacia à sua revelia fez um acordo, ou o senhor orientou o escritório de advocacia a fazer um acordo. Não há meio termo. Aquilo que em direito nós chamamos *tecus non dato*. Não tem 3ª via. Ou o senhor mandou eles fazerem esse acordo, ou os advogados extrapolaram o seu mandato e fizeram esse acordo. Qual é das duas opções?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Bom, eu queria lhe dizer o seguinte: Em primeiro lugar dizer que, repito, o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS não havia feito nenhum concurso público até aquela data. Nós tínhamos carência de quadro técnico. O Maurício Marinho não foi a única pessoa que foi para lá. Várias outras pessoas foram para lá porque a gente tinha necessidade. Outro aspecto é que a Diretoria de Recursos Humanos ouvida, e a partir do mesmo processo nacional, e em vários lugares, outras pessoas foram readmitidas, o Maurício Marinho também foi readmitido. Portanto, não havia necessidade efetiva de se ter qualquer tipo de orientação específica ou apoio específico da vice-presidência.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perdão. No caso não foi uma readmissão, foi um acordo judicial. Ou os advogados extrapolaram fazendo esse acordo, ou o senhor deu ordem para que os advogados fizessem esse acordo. Qual das duas alternativas foi seguida?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Veja só.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor deu essa ordem?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ordem não. Porque eu nunca dei nenhuma ordem à área jurídica.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, os advogados extrapolaram?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Não é que extrapolaram. Eles fizeram análise jurídica, deram o parecer favorável--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum advogado faz acordo sem a ordem do cliente; a menos que ele extrapole o mandato. Uma coisa é perder a ação. Outra coisa é eu fazer um acordo. Acordo eu consulto o que meu cliente deseja fazer. Ou então, se eu não consultei, eu extrapolei meu mandato. No caso o cliente era os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Quem mandava nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS era o senhor. Quem mandava no senhor era o senhor Salmeron. O senhor disse que o Salmeron não deu nenhuma orientação ao senhor. Logo, só pode ter sido o senhor. Ou o advogado extrapolou ou o senhor deu a ordem. Qual das duas situações se cristalizou?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Volto a dizer, o advogado deu o parecer favorável. Eu concordei, tinha interesse, inclusive.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então a decisão foi sua?

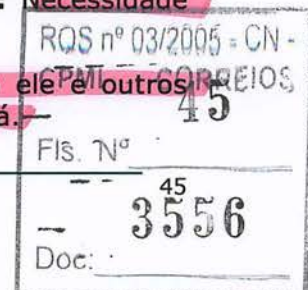
SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Minha.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Salmeron não deu nenhuma orientação ao senhor?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A decisão foi minha porque eu tinha necessidade.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Necessidade de?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: De quadros técnicos. Como ele e outros que foram convidados para lá e foram exercer seu papel na diretoria do Pará.



SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Perfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aquela carta que a Senadora Ideli Salvatti leu naquele dia prossegue. "Marinho ficou no Pará de 03 de fevereiro de 1993, data de sua readmissão, até fevereiro de 1996, quando retornou para Mato Grosso do Sul, o seu Estado de origem. Porém, depois de pouco mais de quatro meses, foi levado de volta para o Pará pelo Waldemir, ainda diretor naquele Estado, onde ficou gerente comercial até outubro de 1997. Em novembro de 1997 foi transferido para Brasília e colocado à frente do Departamento Nacional de Treinamento da ECT, função que permaneceu até abril de 2001". Confere isso tudo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: As datas, Excelência, eu não tenho.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em 2001, senhor Waldemir, até então Diretor Regional do Pará, foi designado Diretor Regional da ECT no Rio de Janeiro. Por indicação política, sob influência do senhor Roberto Garcia Salmeron, ligado pessoal e politicamente ao Deputado Roberto Jefferson, que na época era diretor da ELETROBRÁS, cuja a sede era no Rio. O senhor Roberto Garcia Salmeron teve influência na sua designação para o cargo no Rio de Janeiro?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Olha, influência eu não saberia lhe dizer exatamente, porque eu volto a dizer que fui convidado pelo Presidente, o Hassan, e fui, digamos, tive meu nome chancelado pelo Roberto Jefferson. O Roberto Jefferson é amigo do Salmeron, certamente Roberto Jefferson há de ter comentado até ouvido alguma coisa do Salmeron. O Salmeron conhece o meu trabalho, e ele certamente daria referências positivas.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, a sua ida ao Rio de Janeiro teve a influência do senhor Roberto Salmeron e Roberto Jefferson.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não estou dizendo que teve a influência. O Salmeron já estava fora do CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS há bastante tempo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o Roberto Jefferson tinha influência, ele pertencia à base de apoio à época do Governo. Depois rompeu, como o senhor me descreveu. De acordo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O PTB rompeu com o Governo. Eu não estou dizendo que...Eu não estou concordando de que houve influência do Salmeron para isto. Eu não posso lhe afirmar se o Salmeron teria dado indicação ou dado parecer favorável. Se fosse pedido, ou se for pedido, certamente ele dará.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, voltando um pouquinho atrás. O senhor mesmo agora reconheceu que a decisão que orientou os advogados para o retorno do senhor Marinho foi sua. Mas o senhor falou que tinha, recebeu alguma orientação do jurídico, é isso? Nacional?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim, exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, nessas questões o jurídico nacional.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É sempre ouvido. Através da própria Assessoria Jurídica Regional, que é subordinado à consultoria--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas quem dava orientação era a nacional ou a regional? Porque a regional era o senhor que nomeava. O senhor Cardoso que era seu assessor inclusive.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Exato. Mas o que eu quero dizer, Deputado, é que a Consultoria Regional, ela tem uma subordinação técnica e hoje até administrativa, não é mais o Diretor Regional que nomeia, da Administração Central.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nesse caso a orientação para readmissão veio da nacional ou da regional?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Concordância. Porque eu dei parecer favorável. Eu precisava de técnico. O Marinho não tinha nada que desabonasse.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas quem falou que era possível, que era correto? Quem deu orientação jurídica? Foi a nacional ou a regional?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certamente a nacional também. Ouvida pela regional.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois é, o senhor Hassan Gebrim no seu depoimento, ele diz o seguinte: "Passo às mãos do Relator alguns documentos que comprovam o que acabei de dizer, inclusive a questão da centralização jurídica na Administração Central. Cada Diretoria Regional tinha um jurídico que não seguia uma orientação única. A empresa não tinha uma orientação única". Ou seja, não veio nenhuma orientação para o senhor nesse caso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Como assim? Não entendi.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Hassan Gebrim disse que não havia uma unificação de orientação jurídica nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS à época, que cada Diretoria Regional tinha a sua Assessoria Jurídica e que, portanto, não havia uma orientação única nacional. Logo, nesse caso, não houve orientação jurídica nacional. O que supponho que quem o aconselhou foi o senhor Cardoso. Aquela pessoa que é assessor da sua confiança, que depois mais tarde também o senhor nomeia em Mato Grosso, que o acompanha.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: No Rio.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No Rio.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): De certa forma, isso desmente a sua assertiva de que recebeu uma orientação nacional de que seria possível essa questão.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, esses fatos aconteceram em 92, 93, pelo que a gente viu, e esse Gebrim ele esteve Presidente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS agora aqui por volta de 2000, 99, 2000, mais ou menos. Ele não pode fazer afirmações sobre o que teria acontecido lá em 92.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas se não havia uma orientação jurídica...O senhor está dizendo que não havia orientação nacional.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Afirmação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O seu Cardoso, Dr. Cardoso, seu xará, nosso xará, interveio nesse caso do senhor Marinho?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não posso dizer "interveio". Ele é o assessor jurídico--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele foi consultado?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certamente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele deu opinião favorável?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certamente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aquelas irregularidades que o TCU apontou na sua gestão no Pará. Alguma delas contou com a participação do senhor Marinho?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sabia lhe dizer assim, especificamente. Mas em princípio não. Porque isso, essa auditoria, auditoria de 98, e nesse período eu acho que ele já estava fora da diretoria do Pará. Eu quero crer que já--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor acredita que não teve nenhuma relação?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Inclusive porque esses assuntos aí são assuntos da área de obras e da área jurídica, como disse pela questão dos sindicatos, e o Marinho sempre atuou, não sempre, mas atuou principalmente lá na área comercial. Não tinha a ver com essa situação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Hassan Gebrim no depoimento aqui diz o seguinte: "Para a regional do Rio de Janeiro indiquei para exercer a função o então Diretor Regional do Pará, senhor Waldomiro Freire Cardoso, em 14 de fevereiro de 2001. Na mesma oportunidade também designei o Diretor Adjunto que transferi da Regional de Santa Catarina. Em abril de 2001, pouco após ter tomado posse do cargo, o Diretor Regional do Rio de Janeiro, senhor Waldemir, solicitou a presença da ECT a liberação de quatro profissionais da empresa para serem seus auxiliares diretos, com argumentação de que aquilo era indispensável ao êxito do seu trabalho, entre eles estava o senhor Maurício Marinho. Poucos meses depois, por relato do Diretor Adjunto do Rio de Janeiro, fui informado que os trabalhos da Regional, o especial desempenho da equipe montada pelo Diretor Regional não estava ocorrendo conforme orientações e padrões de atuação da empresa. Em seguida recebi informações sobre problemas na gestão do senhor Waldemir quando era Diretor Regional do Pará. Alguns dias depois, recebi uma correspondência interna do seu Waldemir solicitando a dispensa do Diretor Adjunto. Insturei sindicância para apurar os fatos relatados, todos os ocorridos na Regional do Rio de Janeiro com a Regional do Pará. Destitui da função o senhor Waldemir Cardoso e seus coordenadores, inclusive o senhor Maurício Marinho, transferindo-os para suas unidades de origem, ou seja, Pará e Brasília". Essa sindicância que lhe foi aberta, o senhor tem notícia do resultado?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Como disse. Até hoje não fui ouvido. Não tomamos conhecimento efetivamente de uma sindicância. Lá no Rio de Janeiro, em nenhum momento se fez qualquer tipo de convocação para avaliações, para cobrança, para controle, para nada. Eu acho que essa afirmação é uma afirmação não corresponde.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não corresponde à verdade. A decisão do TCU, essa que o senhor batalhou, foi reduzida a multa, no final ela foi correta?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Correta?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Correta?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não posso dizer que o TCU tome uma decisão incorreta.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor pode discordar dela, se achar que foi injustificado.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu tenho discordado e ofereci inclusive aquele recurso de revisão que eu não tive, não houve mais possibilidade de se ter conhecimento, talvez pela questão do prazo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E por que o senhor não foi à Justiça?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A minha intenção, inclusive nessa correspondência aqui, a minha intenção é exatamente essa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor está pagando a multa?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu paguei porque já estava--

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
48
Fls. Nº
48
3556
Doc.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor poderia ter ido à Justiça e conseguido uma liminar para não pagar.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Definida a multa--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que o senhor não foi à Justiça para evitar...Conseguir uma liminar para não pagar?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu tenho essa intenção.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas depois que você pagou a multa?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O TCU, Excelência, me informou que estava definido e teria que ser pago.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor é uma pessoa vivida e sabe que poderia ter ido diretamente após o acórdão do TCU à Justiça, conseguido uma liminar para não fazer os pagamentos.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu fui aconselhado, inclusive pelo meu advogado--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Dr. Paulo Maurício continua sendo meu advogado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dr. Cardoso?.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Dr. Cardoso. Ele me aconselhou que talvez fosse até mais conveniente para não ficar com essa questão sendo revivida a cada momento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por quê?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Achava que não havia conveniência. Tinham sido esgotadas as possibilidades. Entrar com recurso demandaria condições financeiras que eu não dispunha, enfim, uma série de situações que acabou me vencendo a essa altura do campeonato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não, Deputado Pannunzio. Fique à vontade. Eu já estou arguindo há bastante tempo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu, na verdade, ouvi a sua interpelação ao depoente com relação à sindicância que foi aberta relacionada ao período em que ele no Rio de Janeiro. E, salvo qualquer engano, ouvi aqui Vossa Senhoria dizer que não teve conhecimento dessa sindicância. E causa-me espécie. Causa-me espécie primeiro porque essa sindicância no Rio aconteceu, ela não poderia ter sido levada a cabo sem a oitiva de Vossa Senhoria. Mais ainda. Ela concluiu por remeter os autos ao Ministério Público. Inclusive a nossa CPI aqui tem cópia dessa sindicância. Então, Vossa Senhoria aqui alega um desconhecimento que não tem lugar neste contexto. Teria alguma explicação a nos dar?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu realmente não tenho conhecimento dos resultados. Talvez possa ter dito erradamente que não tomei conhecimento da sindicância. Soube-se que estava se montando uma equipe para fazer levantamentos, como aqui já disse, na Diretoria do Pará. Na Diretoria do Rio de Janeiro eu não tinha contato. Saí de lá não tinha condições de saber o que se passava. Efetivamente, não houve uma sindicância com a minha oitiva, com a minha participação em momento algum. Reafirmo isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Quando foi que Vossa Senhoria deixou o Rio de Janeiro e foi transferido?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Agosto, 22 de agosto, não foi para Brasília, foi para Belém. 22 de agosto de 2001.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): 2001. Vossa Senhoria sabe da data de instauração da sindicância?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu tenho nos documentos aqui. Porque já ofereci inclusive, à Polícia Federal, porque foi feito, foi feito um trabalho do qual eu cobrei várias vezes. Eu posso lhe oferecer documentos cobrando informações sobre a ocorrência da sindicância.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Perfeito. Mas Vossa Senhoria poderia, já que tem os documentos, me dizer qual é a data de instauração da sindicância?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu vou ver se localizo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Se tiver fácil, por favor.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Instauração precisamente, eu não poderia lhe oferecer aqui, porque não trouxe todos os documentos são muitos documentos. Mas eu tenho aqui, efetivamente está aqui, dia 09/10/2001, a portaria 285 nomeia uma Comissão para apurar fatos relacionados a um determinado processo até mencionado aqui.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): A essa altura, Vossa Senhoria tinha ido para Belém do Pará?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tinha ido para Belém.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito bem.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: 09/10 eu já estava afastado por licença médica, eu tinha saído da ECT. E fiquei afastado durante um longo tempo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E Vossa Senhoria não teve nenhum interesse em acompanhar, saber dos resultados?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tive. Eu tenho uma correspondência protocolada e enviada ao Presidente da Comissão, ao senhor Benício Arcanjo Lopes, protocolado na Diretoria do Pará, solicitando esclarecimentos, informações, me colocando à disposição. E a resposta que eu tive foi uma resposta que dizendo que estava sendo iniciado um trabalho, isso e aquilo outro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ainda não conclusivo?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não conclusivo. A resposta foi dada em novembro de 2001.

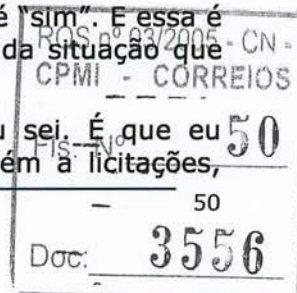
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito bem. Vossa Senhoria sabe o que TCU examinou uma série de licitações promovidas na área de responsabilidade de Vossa Senhoria lá no Estado do Pará, e determinou inclusive ao Diretor Regional da ECT lá de Belém do Pará a cumprir a legislação referente a licitações de contratos, bem como a não prorrogação de contratos de serviços advocatícios. Isso foi em 1996. Penso que se Vossa Senhoria teve conhecimento e provavelmente acatou as determinações. Porque não houve depois decisão do TCU relacionada com essa auditoria recomendando algum tipo de penalidade aos responsáveis por essa licitação. Vossa Senhoria teve conhecimento disso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tive conhecimento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Então, que os procedimentos estavam fora de norma?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A resposta a sua pergunta é "sim". E essa é uma situação, como o senhor vê, num prazo completamente diferente da situação que envolve o Rio de Janeiro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu sei. É que eu estou vendo que Vossa Senhoria teve num primeiro caso ligado também a licitações,



prorrogações, contratos de serviço apontados como irregulares pelo Tribunal de Contas da União. E, na verdade, por determinação inclusive do Ministério da Justiça o que chamou atenção das autoridades que não estava funcionando a contento. Posteriormente nós tivemos esses casos relacionados aí com o Rio de Janeiro e que, na verdade, levaram ao senhor Hassan Gebrim, quando do seu depoimento aqui nesta CPI, ele afirmar que havia, vou ser textual, o senhor me perdoe pelas palavras, não são palavras minhas: "Havia uma quadrilha no Rio de Janeiro e o chefe era o senhor Waldemir Freire Cardoso". O senhor Hassan afirmou isto aqui nesta CPI. Perfeito?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ok, posso responder?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): A pergunta é a seguinte: Vossa Senhoria tomou conhecimento do depoimento do senhor Hassan Gebrim?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tomei conhecimento. Esse assunto, se o senhor me permite, já foi amplamente explorado. Eu gostaria de repetir para V.Exa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Por favor.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ao tomar conhecimento da afirmação do senhor Hassan Gebrim a respeito disso, imediatamente encaminhei documento ao Deputado José Eduardo Cardozo, também enviei ao Deputado Asdrubal Bentes, pedindo que fizesse chegar às mãos dos demais componentes dessa CPI. Em primeiro lugar estranhando a manifestação do senhor Hassan. Porque de fato eu, ao estar no Rio de Janeiro a partir de março de 2001, só permaneci lá até agosto, início de agosto. E em nenhum momento houve qualquer tipo de apuração que eu tenha tomado conhecimento, nenhum tipo de irregularidade. Em nenhum momento. E até hoje não fui ouvido, nem pelo CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, nem pelo Tribunal de Contas, nesse assunto, nem pelo Ministério Público e tampouco pela Polícia Federal.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Quer dizer que o senhor então, daria a conotação de denúncia caluniosa a isto que fez o senhor Hassan Gebrim aqui?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Perfeito. Nós estamos requerendo através do meu advogado esses registros, porque vamos tomar as providências aí em relação ao assunto. E eu queria complementar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Mas aqui eu peço vênia, Vossa Senhoria na sua assertiva anterior, há poucos momentos, disse textualmente isso, quer dizer: "Não tenho conhecimento sobre inquérito a respeito da sua suposta quadrilha do Rio". Então, na verdade, Vossa Senhoria tinha conhecimento, tanto que já tomou providência de ordem judicial.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, o senhor Hassan está querendo fazer uma confusão em relação ao assunto para se beneficiar, no meu modo de entender. Porque eu ao estar no Rio de Janeiro, repito, saí da função a meu pedido. Eu fui impedido de produzir, eu fui impedido de trabalhar, os diversos...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Pode seguir.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Os diversos planos, os diversos projetos que foram apresentados na Diretoria do Rio de Janeiro não prosperaram, não foram adiante porque não se recebeu o apoio necessário. O senhor Hassan, não sei por que razão, talvez porque nós estivéssemos interferindo em assuntos que ele não desejava que interferisse. Dispensou a minha equipe da função e eu fui a ele fiz um ofício, porque ele não me atendeu, solicitando a minha dispensa da função de Diretor do Rio de Janeiro. Eu fui dispensado da diretoria do Rio de Janeiro porque eu pedi. E ele então me dispensou da função. Eu ofereci os documentos ao Deputado Eduardo, sem nenhuma apuração, eu não fui dispensado por justa causa não houve processo, não houve inquérito, não houve nada. Como é que se pode falar em irregularidades, grave, em formação de quadrilha em não sei o quê, sem que estas coisas tenham acontecido?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Veja, Vossa Senhoria, eu estou aqui baseado aqui nos fatos que eu tenho relatados em notas aqui da

CPI e nos depoimentos que nós participamos. Eu assinaei determinada ação do TCU por provocação do Ministério da Justiça para corrigir algumas irregularidades no seu tempo anterior no Pará. Posteriormente, foi feita essa denúncia, e Vossa Senhoria deu as explicações sobre a sua passagem pelo Rio de Janeiro. Vossa Senhoria faz a sua defesa dando aí as explicações e como disse tomando providências judiciais contra o denunciante, senhor Hassan Gebrim. Bom, depois dessa sindicância no Rio de Janeiro, conforme Vossa Senhoria mesmo alegou, Vossa Senhoria foi para o Pará. No Pará foi realizada outra sindicância, que também identificou uma cultura de desconcontroles de licitações e contratos. Vossa Senhoria tem conhecimento dessa outra sindicância?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Do Pará. Não é de 96 que eu mencionei. Agora, depois do Rio de Janeiro.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Gostaria que o senhor me permitisse voltar um pouco à questão que o senhor colocou. O senhor colocou o seguinte: Depois de ter sido feito uma sindicância no Rio de Janeiro repito, quero reafirmar que eu não tomei conhecimento de nenhuma sindicância feita no Rio de Janeiro em relação à nossa gestão. A minha gestão teve curto prazo. Eu solicitei uma série de providências ao Presidente e não recebi essas providências--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Me perdoe. Eu tenho que interromper. Conhecimento Vossa Senhoria comprovou que tomou conhecimento. Mostrou, inclusive, correspondência trocada. Pode a sindicância não ter concluído nada que seja agravante contra V.Exa.. Mas conhecimento V.Exa. tomou.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência me permite por favor, terminar a exposição. Veja só. Dia 09 de outubro, que é a portaria que está aqui, eu já estava no Pará, eu já estava no Pará dia 09 de outubro. Eu já estava, inclusive, afastado para tratamento de saúde. Então, esta portaria que é a portaria designando uma Comissão que não fala aqui em Rio de Janeiro, em absolutamente nada. Eu gostaria de oferecer uma cópia. Eu não tomei conhecimento. Repito. Não tomei conhecimento. Não aconteceu sindicância a não ser que tenha sido feita alguma sindicância da qual eu não tomei nenhum conhecimento. Não fui ouvido. Não tive explicações. No Rio de Janeiro. E esta sindicância que foi realizada no Pará a respeito da minha administração que havia acabado há quase um ano essa sindicância, ela foi desenvolvida totalmente a minha revelia. Eu não estava nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Eu não fui ouvido. Eu tenho aqui cópia de um primeiro resultado dessa sindicância que tem o parecer jurídico, inclusive, dizendo que nada foi constatado, que nada foi constatado. O que aconteceu? Aí, pegaram-se esses papéis gerados, esses documentos e se mandou para o Ministério Público para apuração. O Ministério Público não tendo documentos conclusivos mandou para a Polícia Federal. Até hoje, desde 2003, a Polícia Federal está com o documento e eu nunca fui ouvido. Portanto, nem no Rio de Janeiro, nem no Pará, não houve nenhuma sindicância conclusiva que tenha chegado ao meu conhecimento. Só para fechar, eu queria lhe dizer o seguinte. O senhor fez uma afirmação relativa a uma decisão, a uma orientação do Ministério da Justiça, junto ao TCU. Eu também não tomei conhecimento disso. Eu tomei conhecimento da decisão do TCU da qual eu recorri. O TCU aquiesceu a vários recursos que eu fiz, a três recursos que eu fiz. E um deles não foi possível concordar e eu, enfim, arqueei com a multa que foi aplicada pelo TCU. Esse é um histórico--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem, Vossa Senhoria pode até não ter obtido informação da provocação do Ministério da Justiça para o TCU, mas isso consta, inclusive, dos autos desta CPI que eu presumo também estão à disposição de Vossa Senhoria. Mas eu quero ir um pouco adiante nessa questão do Pará. Uma das razões que levaram a implantação dessa sindicância é relacionada com a questão do transporte terrestre que foi entregue na ocasião em que Vossa Senhoria estava lá a frente, a empresa US MENDONÇA. O senhor conhece essa empresa?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Vossa Senhoria sabe quem são ou quem é o proprietário dessa empresa?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sei.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Pode dizer o nome?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Bom, um deles era Ulisses Mendonça, que dá origem ao nome. E o meu irmão trabalhava nessa empresa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu pergunto se...Vossa Senhoria já respondeu um deles, Ulisses Mendonça. Eu pergunto agora então, já mais diretamente. O irmão de Vossa Senhoria, de nome Walmir, era ou não sócio do senhor Ulisses Mendonça?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Depois de ter trabalhado algum tempo com ele, são colegas da Marinha, se associaram e trabalhavam livremente, participavam de licitações--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): A pergunta é se é sócio ou não é sócio?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É sócio, sim. Não sei se ainda é.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Sócio. Então, peço ao Relator que registre que foram sócios. O irmão do senhor Waldemir, o irmão de nome Walmir, era sócio do senhor Ulisses Mendonça. E também esse inquérito, ele atesta uma série de irregularidades em contratos. Como Vossa Senhoria está sabendo que foi instaurada essa, sabe as razões, pelo menos, levantadas que foram objeto dessa sindicância?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sim. Requisitei depois de tomar conhecimento, requisitei os documentos. Não fui ouvido, não fui chamado. Por espontânea vontade requisitei e espontaneamente também ofereci à Polícia Federal e ao Ministério Público informações relativas às afirmações que tem lá nessa documentação. Eu tenho cópia aqui, inclusive, para lhe oferecer.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Está bem. Senhor Relator, por enquanto, estou satisfeito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Deputado Pannunzio...Já encontrou.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu peço a Vossa Senhoria que tendo encontrado o documento, a menos que queria fazer algum comentário sobre ele, o entregue ao Relator, por favor.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu gostaria de fazer um comentário, se me permite.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Pois não.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu queria dizer o seguinte. Essa... Em primeiro lugar, o fato de ter algum parente trabalhando em alguma empresa, nós sabemos que não é exatamente nenhum impedimento para que essa empresa possa participar de qualquer licitação pública. Certo? Bom, na minha gestão na DR do Pará, eu teria documentos aqui comprovando que as despesas relacionadas com o transporte, porque passamos a fazer licitações regionais e não mais licitações aqui na Administração Central, nós tivemos uma redução de mais de 50% das despesas de transportes com maior eficiência. Isso pode ser comprovado, inclusive, através dos relatórios que eu já ofereci aqui para o Deputado José Eduardo. E aqui tem um relatório que indica, as reduções acontecidas nos contratos de transporte aéreo, para Macapá, para Santarém, para Altamira, enfim, toda aquela região da Diretoria do Pará e Amapá. Com o transporte fluvial que também ao ser contratado centralizadamente aqui em Brasília, era contratado por um valor muito mais alto. E nós conseguimos contratar por preços bem menores. Eu tenho aqui um relatório, mas que pode ser comprovado através dos documentos que estão disponíveis na ECT. E temos também essas mesmas informações em relação ao transporte rodoviário. Aí, isso inclui a empresa US MENDONÇA onde o meu irmão

trabalhava sim. Mas aqui também, por exemplo, nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em Brasília, nós tínhamos um diretor, o Dr. Éder Pinheiro. Que era proprietário de uma empresa transportadora de Minas Gerais e ele era diretor de tecnologia dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, e isso não impedia. Eu faço apenas uma relação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Se Vossa Senhoria me permite. A empresa desse diretor que acaba de ser mencionado por Vossa Senhoria, trabalhava para os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Porque ter uma empresa não constitui crime algum. Agora, se ele diretor dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, e a empresa trabalhava para os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, aí nós temos uma infração grave. E, mais ainda, eu peço a Vossa Senhoria que está encaminhando então, essa documentação ao Relator, se possível, se não tiver aí, que se o Relator concordar em solicitar, que nos traga também o contrato social da empresa US MENDONÇA a partir, pelo menos, da data em que seu irmão se tornou sócio da empresa. Ele não trabalhava apenas na empresa. Ele era sócio da empresa. Vossa Senhoria confirmou isso aqui.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu não tenho condições de ter acesso a esses documentos porque são documentos de uma empresa em particular. Realmente, eu não tenho condições. Eu queria dizer ao senhor também o seguinte, que o meu irmão era funcionário, trabalhava, prestava serviço na área de transporte e se associou ao companheiro dele, ao colega dele, está certo. E a empresa prestava serviço à instituição e continua prestando.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E coincidentemente Vossa Senhoria dirigia o setor que fazia licitações?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não poderia dizer que foi uma coincidência. Mas, na verdade, os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS é um grande contratante de transportes.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Todos os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS que tem uma empresa de transportes. Qual é o nome do diretor?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Senhor Éder Pinheiro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a empresa de transportes?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não me lembro do nome agora, Excelência, nesse momento.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E a empresa dele trabalha para os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sei se trabalha. Mas a concessionária vendia veículos para o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A concessionária dele?!

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Qual é a concessionária?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Concessionária e Mercedes-Benz. Vendeu veículos para os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ele tem uma concessionária Mercedes-Benz. Onde? Em que cidade?

RS nº 03/2005 - CN -
Ele tem uma
54
Fis. Nº
54
Doc: 3556

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ele tinha lá em Uberaba. Não sei se ainda tem.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em Uberaba?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Uberlândia, Uberaba.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Éder Pinheiro ocupou que cargo e quando?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Diretor de Tecnologia dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que ano?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Em 2001 ainda estava. Não sei exatamente o período.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Relator, apenas para ajudar nessa questão, eu peço que se registre, uma informação que, inclusive, acabo de ter levantado que o senhor Walmir, irmão do senhor Waldemir, de acordo com a Junta Comercial de Belém do Pará, na verdade, era o sócio majoritário, o principal dono da empresa. É não o senhor Ulisses Mendonça. Registre-se isso para comparação, assim que se consiga a documentação comprobatória.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, concluindo a resposta da pergunta que o senhor me fez. Os documentos que foram mandados frutos dessa sindicância que teria sido feita lá nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS do Pará, ele foi mandado em 17 de março de 2003. Isso aqui é um espelho que se apanha do Ministério Público, e da Polícia Federal. E esse documento, ele continua na Polícia Federal sem até hoje eu ter sido ouvido. Como isso aconteceu, eu procurei espontaneamente a Polícia Federal em mais de uma oportunidade para me oferecer, me colocar a disposição para os esclarecimentos e ofereci a eles toda uma exposição a respeito desses itens relacionados com transporte e que também corroboram esses dados que eu ofereci aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, no caminho proposto pelo nobre Deputado Pannunzio, eu solicito à assessoria em primeiro lugar que obtenha cópia do contrato social da empresa US MENDONÇA. É isso? US MENDONÇA. Bem como cópia dos procedimentos licitatórios e dos contratos celebrados por essa empresa junto com os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Solicito ainda o encaminhamento em caráter de urgência ao Tribunal de Contas da União para que se faça uma auditoria, se não foi feita ainda, desses contratos e dessa licitação em caráter de urgência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senhor Relator, o depoente pede permissão para ir ao toalete. De maneira que nós vamos suspender a sessão por cinco minutos.

Sessão suspensa às 15h58

Sessão reaberta às 16h04

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Reabro a reunião e passo a palavra ao Relator José Eduardo Cardozo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, relativa a essa questão da empresa do seu irmão, US MENDONÇA. Quantos contratos ele manteve com a Diretoria Regional do Pará?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não saberia lhe dizer exatamente quantos contratos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi mais de um?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi mais de um. O senhor me permite fazer aqui uma rápida...Esses documentos que eu estou lhe oferecendo aqui, essa questão que o nobre Deputado levantou...

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pannunzio. Deputado Pannunzio.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Essa questão que V.Exa. levantou, ela realmente não é nova. Ela não é nova. Quando eu estava ainda na Diretoria Regional, sempre, uma vez apareceu, foi feita uma sindicância sobre isso. E eu, então, tomei a iniciativa de mandar ao departamento de inspeção dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS aqui em Brasília, um apanhado, esse apanhado que eu estou oferecendo aqui à CPI. Então, nesse apanhado eu apresentei aqui algumas, diversas licitações que foram feitas tomadas de contas, feitas e que todas as empresas participam de forma livre, está certo. Então, é esse detalhe que eu queria registrar. E--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quantas licitações essa empresa ganhou? A Regional do Pará.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu não saberia lhe dizer por que tem...O contrato de transporte no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS é algo freqüente. As Diretorias Regionais trabalham com pequenas coisas, com pequenos movimentos, com pequenas cargas. É diferente desses contratos. Então, tem regiões que você não tem efetivamente condições de contratar uma transportadora porque aquela região não é servida por transportadora e o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS precisa chegar em qualquer lugar. Então, o conjunto de atividades na área de transportes é um conjunto constante, é um conjunto grande dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em todos os lugares dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Relator...

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não. Fique a vontade, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O depoente, senhor Waldemir Cardoso, ele coloca que o número de atividades, conseqüentemente o número de contratações feitas pela Regional do Pará e por outras regionais, eu imagino, seja...É bastante grande. Essa afirmação que Vossa Senhoria acaba de fazer. Então, aqui eu indago se Vossa Senhoria nesse tempo que esteve à frente na Regional do Pará, Vossa Senhoria, chegou a fazer contratação com dispensa de licitação, por exemplo, por notória especialização, ou eventualmente contratação emergencial em algumas circunstâncias?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Transporte não tem notória. Não acontece notória especialização.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu imagino que não. Mas a pergunta é se chegou a ser feita?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Que eu tenha conhecimento, não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E emergência?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Emergências acontecem. Emergências acontecem.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A sua empresa foi contratada por emergência?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não saberia lhe dizer, Excelência, sinceramente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): V.Exa. se lembra de alguma situação em que tenha sido feita essa contratação emergencial?

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPM - CORREIOS	
Fls. Nº	56
56	
Doc:	3556

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Especificamente assim...Acontecem muito. Eu passei dez anos como Diretor Regional. É um movimento bastante grande. Muitas coisas não são feitas assinadas pelo próprio titular.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ainda que não seja um fato específico, Vossa Senhoria poderia discorrer aqui, que situação poderia levar a uma contratação emergencial nessa área de transportes?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Por exemplo, o CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tem lá no Estado do Pará como em outros, contrato com o Governo do Estado para transporte de mercadorias, mercadorias não, equipamentos, por exemplo, equipamentos médicos, vacinas, enfim, coisas diversas. Então, de repente para um determinado lugar onde não existe um contrato regular, você tem um frete de quinhentos reais, mil reais, dois mil reais, três mil reais, dentro do limite de dispensa você não vai fazer uma licitação para fazer um transporte dessa natureza. Então, esse tipo de situação pode determinar uma dispensa de licitação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu imagino, então, que numa região tão extensa e com, vamos dizer assim, cidades pequenas ou povoações mesmo, possa ser bastante comum, então, esse tipo de contratação extraordinário ou emergencial.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Acontece, com certeza.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu vou até citar, lembrar a memória de Vossa Senhoria de um caso de contratação por emergência, foi do escritório Barra Brito, escritório de advocacia que fez o acordo, que teve a reintegração do senhor Maurício Marinho, um acordo a meu ver juridicamente inaceitável, nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, acabamos de ver isso agora, foi contratado por emergência. **Porque que um escritório de advocacia seria contratado por emergência?**

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, só para facilitar a minha resposta. Eu queria lhe perguntar o seguinte. Essa contratação por emergência, qual é o objeto dessa contratação, por favor?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Do escritório de advocacia.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certo. Mas, o senhor tem a data aí, mais ou menos?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi em 1997. Outubro de 1997.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi o caso levantado pelo TCU? Foi aquele caso?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Essa emergência aconteceu porque inesperadamente chegaram aquelas ações, quinhentas e tantas ações que eu me referi.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, deixa eu mostrar ao senhor o que o TCU fala. O quadro revela que antes de outubro de 1997, mês em que foi aprovada a dispensa 27197, visando a contratação do escritório Barra Brito, por cento e oitenta dias, alegando estar configurada a situação de emergência, já estavam sentenciados e encerrados **trezentos e cinquenta e oito processos dentre os quinhentos e quatro ouvidos**. Então, ou seja, o senhor foi contratado por emergência, para os quinhentos e quatro, só que dos quinhentos e quatro relacionados, trezentos e cinquenta oito já estavam encerrados. Cabendo notar que tais processos **havia sido tratados pelo mesmo escritório com a cobertura do contrato 11995, ou seja, já no Barra Brito, cuidava dos quinhentos, quando houve um novo contrato com o Barra Brito, dos quinhentos e quatro processos, tinham já sido encerrados os trezentos e cinquenta e oito**. Porquanto o termo aditivo excedeu a vigência, ou seja, no momento que se

estendeu para quinhentos, já tinham sido encerrados esses trezentos e cinquenta e oito. Permaneciam, portanto, para acompanhar apenas cento e quarenta e seis processos. Desses cento e quarenta e seis processos, cento e trinta seriam sentenciados e encerrados antes da assinatura do contrato emergencial, ou seja, era quinhentos, antes efetivamente da assinatura do contrato, dos cento e quarenta e seis, cento e trinta foram encerrados. Isso foi no dia 30 de outubro de 1997. Restando para seu acompanhamento com a cobertura do novo contrato em questão, apenas dezesseis processos, ou seja, foi feita uma nova emergência para acompanhar quinhentos e trinta, na verdade era só dezesseis. Assim, com a cobertura desse contrato adicional totalmente desnecessário, o escritório Barra Brito, no decurso de seis meses, recebeu da carga irrisória dezesseis processos dos quais dez se encerraram nos dois dias iniciais de sua vigência, então, dos dezesseis, dez encerraram nos dois primeiros dias da vigência, portanto, ficaram seis, teve um acréscimo de doze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais na época, em seus pagamentos mensais. Pode-se afirmar também que mantidas as bases do contrato original ainda vigente de 47,57 reais o processo por mês, o valor pago em razão desse novo contrato, seria bastante para o acompanhamento de mil, quinhentos e setenta e dois processos mês adicionais no período de seis meses da sua vigência. Mesmo considerando-se a intenção sub-reptícia e descabida de compensar episódio da carga adicional de trabalho acarretada pelos quinhentos e quatro processos que comento, que foram anteriormente absorvidas com a cobertura do contrato 11995, pelo escritório Barra Brito e que desde o mês de agosto até o dia anterior da assinatura do contrato 9497 envolveu um mil, cento e seis processos por mês, equivalente a média de trezentos e sessenta e nove processos ao mês, esse novo contrato além de compensá-lo com a vantagem, quer dizer, mesmo que tivesse pagado o excedente, teria saldo suficiente para mais quatrocentos e cinquenta processos mês. Cabe ressaltar ainda a extrema facilidade relativa à condução dos processos em questão, nos quais as quinhentas e quatro reclamações foram clonadas, ou seja, copiadas, eram iguais. Demandando evidentemente contestações também clonadas, que não fluíram nos presentes autos. As audiências convocadas em bateladas para poucas datas em cada junta e as sentenças pouco variadas em sua maioria, impondo arquivamento do processo pela ausência do reclamante ou a sua extinção sem julgamento do mérito. Fica patente o atentado aos princípios da legalidade, da legitimidade, da moralidade, da economicidade advinda da contratação direta hora abordada com integral prejuízo aos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, uma vez que os dezesseis processos relativos a reclamações do SINCOR ainda remanescentes da data da assinatura do contrato, deveriam continuar sendo tratadas no escopo do contrato 11995, o anterior, cuja vigência estendeu até 24 de abril de 1998 por força do termo aditivo, em síntese não havia emergência nenhuma. Como é que o senhor explica isso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu certamente não teria condições de precisar aqui informações para um conjunto de questões assim tão amplas. O TCU, mais de uma vez eu tive oportunidade de oferecer em detalhes as nossas explicações que não foram acatadas, está certo, por isso mesmo eu fui, eu recebi a multa, estou pagando. Mas eu queria lhe dizer o seguinte, que efetivamente não se pode desconhecer uma falha formal. Eu diria uma falha formal--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui não é mais que formal. Aqui é substantiva.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu queria progredir na minha exposição.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Progrida, mas não é falha formal.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu sei que o senhor é especialista e o senhor terá condições de fazer uma avaliação bem criteriosa sobre o assunto. Mas, veja só. Existem situações na administração, na emergência da administração que só quem está na administração sabe. Eu sei que é passado o tempo, a gente não pode discutir, eu não posso reagir contra a decisão do TCU da falha que aconteceu. Mas admitir que houve um beneficiamento premeditado da minha parte, não aconteceu. O que eu queria dizer é o seguinte, efetivamente nós tão logo chegaram essas ações, quinhentas e quatro, se não me engano, ações, imediatamente, eu volto a dizer que os assuntos jurídicos ainda

que tivesse sido dito que a assessoria jurídica, cada uma era uma, não é bem assim, apesar de não haver a vinculação naquela época, mas já seguia uma orientação jurídica, senão a ECT não seria uma só empresa. De fato havia uma orientação jurídica. Imediatamente foi consultado a Consultoria Jurídica aqui para saber o que fazer. Eu contrato, faço um outro contrato. E tinha que ser autorizado por aqui. O contrato jurídico tem que ser autorizado pela Administração Central. Exatamente por causa dessa coordenação que ela procura fazer. Ora, enquanto isso as ações estavam acontecendo. Enquanto isso, as ações estavam acontecendo. De fato, sob a bandeira do contrato anterior, aquelas ações todas trezentas e poucas que o senhor mencionou, que no final das contas restaram só dezesseis, eu sinceramente não tenho esses dados, estou me valendo das dados que o senhor dispõe aí, elas efetivamente foram cobertas pelo escritório Barra Brito, que já estava lá no escritório que prestava um bom serviço. E eu queria para concluir, dizer para o senhor o seguinte. Eu posso lhe afirmar com certeza absoluta, está certo, que o episódio lá de readmissão do Maurício Marinho não tem nada a ver com esse episódio daqui...Esse episódio--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A coincidência é que é o mesmo escritório.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Ele trabalhou conosco durante um longo tempo. Um bom prestador de serviço.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem escolheu o escritório Barra Brito?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: A Diretoria Regional através de licitação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, aqui houve emergência.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Nesse caso aí.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim. Mas porque foi o Barra Brito escolhido?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O próprio assessor jurídico.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem? O senhor Cardoso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: É o Paulo Maurício.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque foi escolhido esse escritório?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Certamente pelo bom resultado que ele tinha. Ele fazia um bom trabalho.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Na origem, foi escolhido o escritório Barra Brito por licitação?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Por licitação.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor lembra a modalidade? Foi convite?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não lembro.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu solicitaria a assessoria que levantasse todas as contratações do escritório Barra Brito com a Diretoria Regional do Pará e as respectivas estações para exame.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Relator, me permita também em aditamento aí, as providências que Vossa Senhoria acaba de determinar. Eu gostaria de solicitar a apresentação, que o depoente nos apresentasse cópia da consulta feita à área jurídica nacional dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS aqui em Brasília para adotar esse tipo de procedimento--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vossa Senhoria tem essa cópia?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Sobre os contratos? Aqui eu não disponho.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não dispõe? O senhor fez essa consulta?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Foi a minha assessoria jurídica quem fez. Eu tenho que procurar o assessor jurídico para oferecer--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pediria que Vossa Senhoria procurasse, caso contrário nós teremos que convocar o Dr. Cardoso para prestar esclarecimentos sobre esse caso. E no caso, talvez, até o próprio escritório de advocacia uma vez que não haverá de se falar em sigilo profissional, aqui nós estamos não investigando as causas patrocinadas pelo escritório, mas a contratação feita pelo escritório. Então, eu pediria à assessoria que preparasse para a próxima reunião as convocações respectivas dos responsáveis pelo escritório Barra Brito, independente da documentação trazida, do Dr. Cardoso, assessor jurídico, do senhor sócio majoritário da empresa US MENDONÇA, irmão do depoente, sem prejuízo de outros requerimentos a serem apresentados sobre o caso--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E também essa solicitação dirigida pela Regional aqui à Brasília.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso. Que se solicite então, formalmente a diretoria dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS também, cópia desse documento encaminhado à época pelo Diretor Regional do Pará ao Departamento Jurídico da Presidência dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, relativamente a esta orientação para contratação desse escritório de advocacia. O senhor foi cedido para a prefeitura de Belém, a pedido do Prefeito daquela cidade em 03 de maio de 2005. E se apresentou ao órgão cessionário no dia primeiro de junho de 2005. Há uma certa coincidência de datas com o momento em que houve um escândalo relacionado com o senhor Maurício Marinho, que já estava em processo de divulgação. Isso foi uma coincidência ou efetivamente há algum nexo entre essas datas?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu perdi apenas a data, por favor.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor foi...O ofício que foi encaminhado pela prefeitura de Belém em 03 de maio de 2005. O senhor se apresentou ao órgão cessionário, prefeitura de Belém, no dia primeiro de junho de 2005. O senhor foi cedido sem ônus para a empresa mediante reembolsos da prefeitura do Pará, reembolsa o seu salário para os CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Há uma coincidência de datas com o episódio envolvendo o senhor Maurício Marinho. A pergunta é: Isso foi mera coincidência ou havia algum nexo entre a situação da sua ascensão para a prefeitura de Belém e o escândalo do senhor Roberto Marinho?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Bom, eu não tenho nenhum...Desconheço qualquer tipo de nexo nisso aí, Excelência. Eu não sei--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, eu acho que na qualificação do depoente, talvez até tenha sido feita, mas se não foi eu aproveito, porque além do Prefeito de Belém ser do PTB, a informação que temos é que Vossa Senhoria aqui trabalhou para a liderança do PTB, certo. Então, Vossa Senhoria tem, vamos dizer assim, ligações estreitas e também era, ao que consta homem de confiança do ex-Deputado Roberto Jefferson. Vossa Senhoria tem ligações estreitas ou tinha, pelo menos, com uma cúpula do PTB. Então, só quero registrar que pode até ser coincidência, mas é uma coincidência no mínimo esquisita, quer dizer, explode o escândalo dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e o PTB cuida de acertar a sua ida para Belém, acerta uma posição, um cargo, mantém o reembolso dos salários via CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

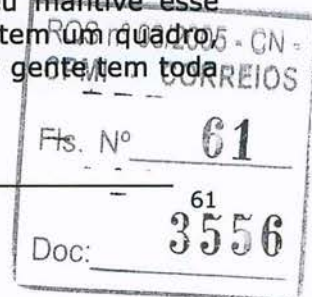
TELÉGRAFOS, enfim, se ajeita a situação. Eu quero registrar isso para constar dos autos, senhor Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor...Pois não.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, poderia...Excelência, de fato, antes da sua presença aqui, foi discutido, foi apresentado, foi questionado pelo Deputado José Eduardo, a respeito da minha ida para o Rio de Janeiro e o meu retorno. Então, ao retornar, ao sair do Rio de Janeiro, eu procurei o Deputado Roberto Jefferson porque foi uma pessoa que deu chancela à minha designação lá para diretor do Rio de Janeiro. Então, o senhor...Então, eu retornei e procurei o Deputado Roberto Jefferson, eu mantenho relacionamento com ele de amizade ocasional. Ele esteve agora recente em Belém, houve o casamento do filho dele em Belém. A minha relação está restrita a isso. Eu nunca fui procurado por ele na Diretoria Regional do Rio de Janeiro, eu nunca recebi nenhum telefonema dele no Rio de Janeiro, portanto essas informações, elas foram colocadas aqui. Eu queria dizer também o seguinte. Realmente não tem nenhuma relação. O fato é que permanecer em Brasília para mim é menos conveniente. Para mim é mais conveniente estar em Belém, eu tenho família em Belém, eu tenho interesse em estar em Belém pela presença e convivência com a minha família. Sendo a prefeitura de Belém dirigida por um componente do PTB no qual eu tenho boas relações, o ex-Senador Dulcemar Costa, Prefeito, foi mencionado também aqui do meu conhecimento com o Deputado Cayatte(F), com o ex-vice-Governador Hidalgardo Nunes, enfim, várias personalidades do PTB do Pará, e antes eu conheci eles e depois eu conheci o Deputado Roberto Jefferson, na verdade, a minha presença lá é de respeito, inclusive, os termos do pedido de sessão que foi feito pelo Prefeito, é exatamente isso, que eu pudesse oferecer a minha experiência à prefeitura de Belém que não tinha quadros suficientes. Então, eu acredito que é uma mera coincidência. Eu não sei exatamente. Eu não me lembro de qual foi a data em que eclodiu esse problema aí. Mas se há uma coincidência, realmente foi uma coincidência, se há é próximo, foi coincidência...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Vamos deixar claro que aqui nós não somos maniqueístas de achar que o senhor não possa ter suas amizades e até suas preferências político partidárias, é evidente que o senhor tem esse direito e natural. Só quero registrar o que V.Exa. acaba de falar, inclusive, é que num momento de dificuldade e quando não era conveniente a sua permanência em Brasília, não me interessa agora as razões, o senhor mesmo diz aí, de natureza pessoal, Vossa Senhoria se vale do conhecimento, ainda que Vossa Senhoria diga aqui que em poucas vezes estiveram juntos, mas se vale do prestígio do ex-Deputado Roberto Jefferson, para conseguir, não sei se a sua contratação lá ou a anuência dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS aqui para que o senhor fosse cedido para a prefeitura lá. Mas Vossa Senhoria afirmou aqui que se valeu da pessoa do ex-Deputado Roberto Jefferson.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu fui convidado pelo Prefeito. O Deputado Roberto Jefferson que mantém relações com o Prefeito, que esteve lá durante a campanha várias vezes, logicamente, tem também essa participação, entendeu. Então, eu queria dizer a V.Exa. que a minha trajetória no CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS vem desde os quinze anos de idade até hoje, cinquenta e um anos. Eu trabalho há trinta e seis anos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Passei de mensageiro e por diversos cargos. Isso é o meu patrimônio. Ele foi construído, patrimônio profissional, patrimônio de resultados na minha gestão não foi a custa de uma nenhuma relação que foi imprópria, nem mesmo com partido nenhum. A minha relação com os partidos foram relações, assim, eu quando fui designado Diretor Regional do Pará eu disse aqui que fui designado por indicação do Senador Jarbas Passarinho. E hoje tenho relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson que é uma pessoa que eu conheci e eu mantive esse relacionamento com ele. Estou, inclusive, filiado ao PTB lá no Pará onde tem um quadro e temos, inclusive, o Deputado Josué (?). Que é um grande Deputado e a gente tem toda essa relação.



DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem. Nada a acrescentar, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período que o senhor esteve fora dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em licença, ou mesmo trabalhando aqui na Câmara dos Deputados, o senhor manteve contato com o senhor Maurício Marinho?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu não tive, nunca tive assim contatos constantes com o Maurício Marinho, ouviu Excelência. Ocasionalmente, quando se encontrava por algum evento, enfim, eu nunca tive, apesar do relacionamento, ele é um profissional, repito, qualificado, eu o conheço há trinta anos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, no período em que o senhor estava fora dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em licença, ou aqui estava na Câmara dos Deputados, o senhor manteve contatos com ele?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Olha, eu não poderia lhe afirmar que não tive contato. É possível que tenha tido. Não tenho recordações, sinceramente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por telefone?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Por telefone é possível

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que assunto trataram?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Olha, eu não saberia lhe dizer. Sinceramente não tenho lembrança de ter tido contato com o Maurício Marinho, para nenhum assunto específico.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor era amigo dele tão próximo que o levava a falar por telefones, assuntos pessoais de lembrança--

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu, como lhe disse, nós cursamos o curso de Administrador Postal no Rio de Janeiro, lá em 1977, depois ele foi trabalhar no Pará. Enfim, eu tenho um conhecimento do Maurício Marinho de longas datas.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor mantinha contato telefônico com ele periódico?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Periódico, não. Ocasional. Se eventualmente ele me consultasse para alguma coisa--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que tipo de coisa ele consultaria o senhor?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não sei. Ele morou lá, teve casa lá, vendeu casa. O senhor sabe, a pessoa que morou numa está há mais de uma vez, de repente tem e eu sou uma pessoa que sou uma referência dele e para ele lá. Não desejo negar pelas falhas, pelos defeitos do Marinho, o meu relacionamento com ele. Eu o conheço. A sua esposa e os seus filhos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o senhor Ozório, chefe do senhor Maurício Marinho, o senhor mantinha contato com ele? Ele é da direção nacional do PTB.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Eu já conheci o Ozório aqui, já Diretor dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, estive com ele em talvez um ou outro contato quando o visitei, um contato, talvez, provavelmente, e o encontrei quando estava hospedado por coincidência, no mesmo hotel, aqui no Torre, o encontrei uma vez, então--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o senhor mantinha contatos telefônicos com o senhor Ozório?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não. Acho que nunca telefonei para ele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com o Deputado Roberto Jefferson, o senhor mantinha contato telefônico?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Muito raramente.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período em que o senhor estava ausente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, o senhor manteve contato telefônico com o Deputado Roberto Jefferson? Telefônico?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Acho que não. Não tenho certeza absoluta. Mas acho que não.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): No período em que estava na Diretoria Regional mantinha freqüentemente contatos com ele?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Tive alguns contatos com ele porque diante das circunstâncias todas, eu tinha que...

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E com o senhor Salmeron, o senhor mantém contatos freqüentes?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Salmeron é meu amigo é meu conhecido, foi meu vice-Presidente, me ajudou muito nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em termos de me defender em circunstâncias de algum tipo de perseguição. Eu conheço o Salmeron de muito tempo.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor mantém contatos freqüentes?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Mantenho contatos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inclusive telefônicos?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Inclusive, telefônicos.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por relação de amizade?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: De amizade. Ele esteve recentemente em Belém, foi para o casamento do filho do Deputado Jefferson.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Maurício Marinho fez uma série de denúncias que, aliás, foram publicamente reveladas a partir do momento que foi revelada aquela situação de coleta de propina. O senhor obviamente sabe as denúncias que ele fez seja na primeira fita, seja mais tarde, aquela que foram veiculadas pela imprensa. O que o senhor tem a dizer sobre essas denúncias que o senhor Maurício Marinho fez?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Excelência, eu não conheço todas as denúncias. Eu soube que o Marinho andou depondo de forma sigilosa. Então, eu não tenho conhecimento de todas as denúncias. Mas, eu não acredito que o Maurício Marinho tivesse relacionamento próximo com o Deputado Roberto Jefferson. Não acredito. Pode ser que tenha e eu não saiba. Eu, durante o tempo que estivemos no Rio de Janeiro que foi um tempo curto, não tenho conhecimento dele ter tido qualquer contato com o Deputado Roberto Jefferson. De maneira que a afirmação de que ele era um homem de confiança, era um homem que fazia negócio, etc, eu não posso fazer nenhuma avaliação sobre isso porque desconheço que isso aconteça. E queria dizer também se me permite, Deputado, ainda há pouco o senhor afirmou que eu era um homem de confiança do Roberto Jefferson, na sua fala eu queria. Mas eu não, digamos assim, eu não me classifico assim como um homem de confiança especial do Roberto Jefferson. Eu imagino que Roberto Jefferson tenha conhecimento como milhares de pessoas e essas pessoas não são necessariamente homens de confiança. Eu não sou exatamente homem de confiança. Não tenho confidências com o Roberto Jefferson.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Se Vossa Senhoria permite, pelas declarações que emitiu aí, ao longo do seu depoimento. Eu posso até

aceitar que Vossa Senhoria não seja um dos homens mais próximos de confiança do senhor Roberto Jefferson, mas baseado no seu depoimento posso afirmar que o ex-Deputado Roberto Jefferson é um dos homens em que o senhor confia, tanto que o senhor recorre a ele em situações difíceis.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Recorri, quando estava no Rio de Janeiro, naquela circunstância, eu recorri sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): A gente só recorre em quem à gente tem confiança.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Eu confio nele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Dom Pedro que estava ausente dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS manteve contatos com alguns dirigentes dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS? Presidente ou diretores?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Não, com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não com certeza.

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Diretores...O CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS tem um Presidente e quatro, cinco ou seis diretores.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum desses?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Nenhum desses.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nenhum contato?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Talvez...Não, sinceramente eu não, eu não diria que tinha contato...Até porque não tinha acesso às pessoas.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bom, senhor Presidente, eu em princípio, quero fazer uns requerimentos a V.Exa. O primeiro deles vai no seguinte sentido, pediria que a assessoria anotasse. É evidente, não há essa relatoria, que fazer nesse momento qualquer consideração, inclusive, qualquer pré-julgamento. Mas há uma necessidade de continuidade da investigação dos fatos que foram aqui relatados. Então, eu solicito à assessoria que prepare um requerimento solicitando a quebra do sigilo telefônico, bancário e telemático do depoente. Essa relatoria irá pedir a V.Exa. que não encerre o presente depoimento. Peço que apenas suspenda, para que nós não tenhamos, caso necessário, nova convocação após documentos que aqui sejam encaminhados que fazer a oitiva do depoente. Então, eu pediria a V.Exa. que, então, não encerrasse, mas que a partir desse momento, se necessário à continuidade do depoimento, ele passará a ser ouvido não mais na condição de testemunha, mas na condição de investigado em face do requerimento que submeteremos ao plenário na próxima Reunião Administrativa. É esse o requerimento que faço a V.Exa. E solicito, então, a assessoria que prepare o requerimento de quebra de sigilo bancário, telemático e telefônico do depoente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Acolho o requerimento de V.Exa.--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Fiscal também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): E os encaminharei ao plenário da CPMI na próxima reunião que nós esperamos que seja a última administrativa porque precisamos encerrar os trabalhos o mais breve possível. E queremos contar com a colaboração dos nossos ilustres pares. Então, eu quero alertar a V.Exa. que só teremos em princípio, evidente que o plenário é soberano, mas em princípio só teremos mais uma reunião administrativa--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Exatamente por essa questão que eu peço a V.Exa. que não encerre o presente depoimento, para que nós não tenhamos que eventualmente pedir uma convocação e reunião que não teremos condições de fazer.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Declaro suspenso o depoimento do senhor Waldemir Freire Cardoso e informo que a critério do senhor Relator, Vossa Senhoria poderá ser convidado a voltar aqui e dependendo da aprovação do requerimento não mais na condição de testemunha, mas na condição de investigado. Então, quero agradecer ao comparecimento de Vossa Senhoria e também é meu conhecido lá do Pará. Longas datas, desde o tempo em que eu acho, que eu era o Prefeito de Salenópolis, ainda ele já era Diretor dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. E depois consegui também através dele, com apoio dele instalar uma agência dos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em Parauapebas, aliás, uma das mais bonitas do Sul do Pará. E quero agradecer o comparecimento de V.Exa. e declaro suspensa a presente reunião.

Sessão suspensa às 16h36

Sessão reaberta às 17h16

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Reaberta a presente Sessão, eu solicito que seja conduzido aqui até a sala o próximo depoente, o Sr. Mauro de Castro Lucas de Souza, que deverá tomar assento junto a nós nessa Mesa. Inicialmente, agradeço a presença do Sr. Mauro Castro Lucas de Souza, esclareço que o depoente prestou o compromisso na forma do Artigo 203, do Código de Processo Penal, no qual compromete sob as penas da lei, a dizer a verdade no que couber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado, claro, a prestar qualquer declaração contra si próprio, na conformidade do que estabelece a própria Constituição Federal e os princípios gerais de direito. Agradeço, então, V.Sa. pela presença e indago se gostaria de fazer uso da palavra para alguma consideração inicial.

SR. MAURO CASTRO LUCAS DE SOUZA: Boa tarde. Excelentíssimos Srs. parlamentares, sou Engenheiro Elétrico formado pela Universidade de Brasília, tenho pós-graduação em automação robótica e computação e tenho mestrado em redes de computadores, também, pela Universidade de Brasília. Iniciei minha vida profissional em 1974, no Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO, onde exerci atividades na área de tecnologia. No SERPRO consolidaram-se os meus conhecimentos em razão das oportunidades de participar da estruturação de sistemas de informação que até hoje subsidiam e apóiam as ações de governo, destaco o SIAFI, SIAPE e, também, a minha participação no Programa de Modernização da Receita Federal. Em 1994, assumi a subsecretaria de tecnologia do Superior Tribunal de Justiça, colaborei com os esforços destinados à automação do andamento de processos de jurisprudência e atuei no programa de modernização da Justiça Federal brasileira, nesse mesmo período, exerci a atividade de professor de pós-graduação na Universidade Católica de Brasília e atuei, também, como consultor de tecnologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. Em 1996, passei a exercer a função de Coordenador de Tecnologia do Supremo Tribunal Federal, lá recebi a missão de universalizar o acesso às informações relacionadas a processos, decisões e acórdãos, vale um breve comentário, àquela época nascia a internet em caráter comercial no mundo e eu tive a oportunidade de atuar e participar no Supremo, do que hoje se chama "Governo Eletrônico". Em 1997, atuei como assessor de tecnologia no Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Nessa empreitada, fui incumbido de planejar a rede de informações do Governo Federal e de integrar sistemas e informações financeiras, sociais, de educação e de meio ambiente. As atividades desenvolvidas à época, no Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, foram importantes para reforçar a utilização da tecnologia da informação no nível estratégico de Governo. Em 1998, assumi a diretoria de tecnologia da Presidência da República. Do período em que lá estive, gostaria de destacar os seguintes pontos, nos quais atuei: 1º) Planejamento e implementação do modelo de Tecnologia da Informação da Presidência da República; 2º) Participação no comitê do "Governo Eletrônico", instituído com o propósito de ordenar a política de tecnologia do Governo Federal; 3º) Planejamento e consecução da política de segurança